Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quarta-feira, 17 de abril de 2024
Ano CVII ● Número 29.591
ISSN 1980-9124

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br



DIFERENÇAS NA UNIPOLARIDADE

O papel da China e da Rússia na transição para um mundo multipolar. Por Pedro Augusto Pinho, **página 2**



FORA, ROBERTO CAMPOS NETO!

Visão financista não pode prevalecer na substituição do neto de Bob Fields no BC. Por Marcos de Oliveira, **página 3**



RESULTADOS E PERSPECTIVAS DA IMC

Entrevista com Rafael Bossolani, CFO da IMC, responsável por Pizza Hut e do KFC no Brasil. **Página 5**

Investimentos voltam a crescer em fevereiro e economia avança 3%

Destaque também para continuidade na alta do consumo

O Monitor do PIB-FGV aponta crescimento de 0,8% na atividade econômica em fevereiro de 2024 em comparação a janeiro, considerando-se dados com ajuste sazonal (que leva em conta características de cada mês, como dias úteis, por exemplo). Na comparação interanual a economia cresceu 3,5% em fevereiro. No trimestre móvel interanual findo em fevereiro, o crescimento do PIB foi de 3,3%; na taxa acumulada em 12 meses até fevereiro, 3%.

"A economia cresceu 0,8% em fevereiro, na comparação com janeiro, com destaque para o consumo, que segue contribuindo para o bom desempenho econômico. A formação bruta de capital fixo (investimentos) também se destacou positivamente tendo voltado a crescer após ter retraído em janeiro", analisa Juliana Trece, coordenadora da pesquisa.

"Apesar disso, importantes segmentos, como a indústria e a exportação, registraram retração nessa comparação, o que pode indicar perda de ritmo desses segmentos no início do ano. Na comparação interanual, a economia cresceu de modo mais consistente em fevereiro, visto que o crescimento foi disseminado entre a maioria das atividades econômicas e os componentes da demanda", destaca.

A FBCF, que indica o nível de investimentos, cresceu 3,2% no trimestre móvel findo em fevereiro, sendo este o primeiro crescimento desde o trimestre encerrado em maio de 2023. Desde o final do ano passado a FBCF tem mostrado tendência ascendente, principalmente pelas menores retrações do componente de máquinas e equipamentos.

A taxa de investimento em fevereiro de 2024 foi de 15,1%, na série a valores correntes. Este resultado é menor que a taxa de investimento média mensal considerando o período desde janeiro de 2015 e desde janeiro de 2000.

O consumo das famílias cresceu 4,3% no trimestre móvel findo em fevereiro, com contribuição positiva de todas as categorias de consumo, padrão que vem sendo observado desde o trimestre móvel findo em novembro de 2023.

Fernando Frazão/ABr



Volta dos consumidores ajudou a colocar contas em dia

Inadimplência das empresas recuou

Dados do Indicador de Inadimplência das Empresas da Serasa Experian revelaram que, em fevereiro deste ano, foram contabilizados 6,6 milhões de CNPJs no vermelho, número menor que o de janeiro e que retorna ao patamar de estabilidade registrada desde julho de 2023. No período analisado, as dívidas somaram R$ 130 bilhões com o tíquete médio de cada débito estimado em R$ 2.745,60.

"A redução da taxa Selic e a diminuição da inflação foram fatores que impactaram o bolso dos brasileiros, que designaram recursos para pagar suas contas. E esses pagamentos são destinados a empresas que ganham mais fôlego para liquidarem seus próprios débitos e diminuir a inadimplência. Outro impacto direto que as reduções trazem para a saúde financeira é que quanto menor a taxa de juros, menor é a despesa financeira que os negócios incorrem, aliviando o caixa e permitindo às companhias trocar dívidas velhas e caras por dívidas novas e mais baratas", avalia o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi.

A perspectiva para os próximos meses, ainda segundo o especialista, é de que as companhias recuperem parte de sua robustez, contribuindo para a diminuição do avanço da insolvência no país.

Em fevereiro, a maior parte das dívidas das empresas inadimplentes eram com indústrias, terceiro setor e primário, classificados como outros (28,5%). Já o setor de securitizadoras foi o que menos registrou débitos vencidos (1%).

O indicador também mostrou que mais da metade das empresas inadimplentes em fevereiro de 2024 eram do segmento de serviços (55%), e os negócios do comércio ficaram em segundo lugar (36,3%).

Do total de 6,6 milhões de empresas inadimplentes em fevereiro, 6,3 milhões eram Micro e Pequenas Empresas (MPEs), das quais somavam mais de R$ 43 milhões de dívidas e indicavam a média de 6,9 contas atrasadas por CNPJ no Brasil.

FMI eleva expectativa do PIB global e do Brasil em 2024

O Fundo Monetário Internacional (FMI) atualizou nesta terça-feira sua previsão de crescimento global em 2024 para 3,2%, 0,1 ponto percentual acima de sua projeção em janeiro, de acordo com o recém-lançado World Economic Outlook (WEO).

"Apesar das previsões sombrias, a economia global permanece notavelmente resiliente, com um crescimento constante, e a inflação desacelerando quase tão rapidamente como subiu", disse Pierre-Olivier Gourinchas, economista-chefe do FMI e diretor do Departamento de Pesquisa, numa coletiva de imprensa durante as Reuniões da Primavera de 2024 do FMI e do Banco Mundial.

"A maioria dos indicadores continua apontando para uma aterrissagem suave", acrescentou. Porém, a previsão para o crescimento global daqui a cinco anos – 3,1% – é a mais baixa em décadas

O FMI espera que as economias desenvolvidas cresçam 1,7% em 2024, um aumento de 0,2 ponto percentual (pp) em relação à previsão de janeiro. A economia dos EUA crescerá 2,7% em 2024 e 1,9% em 2025. A economia da Zona do Euro crescerá 0,8% em 2024, acelerando para 1,5% em 2025.

Os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento devem crescer 4,2% em 2024, um aumento de 0,1pp em relação à previsão feita em janeiro. A economia da China, projeta o FMI, crescerá 4,6% em 2024, percentual abaixo da meta do governo chinês, que vem sendo confirmada nos primeiros três meses de 2024, com a economia chinesa crescendo 5,3%. O FMI elevou previsão de crescimento do PIB brasileiro este ano de 1,7% para 2,2%.

"O forte desempenho recente dos Estados Unidos reflete um crescimento robusto da produtividade e do emprego, mas também uma forte procura numa economia que continua sobreaquecida", disse Gourinchas. Ele observou que a orientação fiscal dos EUA, em desacordo com a sustentabilidade fiscal de longo prazo, é "particularmente preocupante", pois levanta riscos de curto prazo para o processo de desinflação.

Apesar da guerra e das sanções impostas pelos Estados Unidos, a economia da Rússia deverá crescer 3,2% em 2024 e 1,8% em 2025, após ter crescido, na estimativa do FMI, 3,6% no ano passado.

Governo de direita do Equador sofre com apagão

O presidente do Equador, Daniel Noboa, anunciou nesta terça-feira que declarou emergência no setor elétrico e pediu à ministra da Energia, Andrea Arrobo, que renunciasse, em meio a uma crise que levou ao racionamento de energia elétrica em todo o país.

"Mais uma vez, as ameaças do país exigem decisões fortes", escreveu o presidente de direita na sua conta no Twitter/X. Ele acrescentou que foi lançada uma investigação sobre "sabotagem" em certas áreas e usinas de energia, visto como uma forma de disfarçar as responsabilidades do governo.

O presidente deu instruções para que apenas 50% da fatura de consumo de eletricidade das famílias seja cobrada em abril.

As decisões anunciadas por Noboa surgem na iminência de os equatorianos irem às urnas neste domingo (21) para votar na consulta popular e no referendo constitucional promovidos pelo Governo sobre questões de segurança, justiça e emprego.

O Equador registrou cortes inesperados de energia em diversas áreas do país desde o último domingo, que, segundo o Ministério de Energia, foram "desconexões temporárias".

O Ministério atribuiu a crise energética "ao prolongamento da seca, ao aumento das temperaturas, à falta de manutenção de toda a infraestrutura do sistema elétrico em anos anteriores e à presença de níveis mínimos de vazão" nas hidrelétricas.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,2913
Dólar Turismo	R$ 5,4470
Euro	R$ 5,6194
Iuan	R$ 0,7305
Ouro (gr)	R$ 403,58

ÍNDICES

IGP-M	-0,47% (março)
	-0,52% (fevereiro)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

Mundo multipolar acolhe as diferenças submersas na unipolaridade

Por Pedro Augusto Pinho

O genial Darcy Ribeiro (*O Dilema da América Latina*, 1971, México) afirma que "o mais grave (da dominação) é que se exerce desde o interior de nossas sociedades". São construções seculares, que a estadunidense, sempre apontada principalmente para nós, latino-americanos, é apenas a mais recente.

Podemos colocar esta tentativa homogeneizadora no raiar das organizações sociais, a partir da expansão do homem africano, de quem somos descendentes, ocupando todos os continentes.

As primeiras organizações sociais ocorreram, como se pode facilmente concluir, nas margens dos rios. Cronologicamente, ocorreram no Egito, ao longo do rio Nilo, a seguir na Mesopotâmia, entre os rios Tigre e Eufrates, e, o terceiro conjunto, no extremo leste da Ásia, junto à foz do rio Amarelo, onde hoje estão as províncias chinesas de Hebei e Shandong, os "Zhou".

Os caminhos trilhados por estas aglomerações e as que dela se seguiram foram condicionados principalmente pelas condições geográficas de onde se instalaram. Ali surgiam os desafios que podiam ser as montanhas, os próprios rios, a condição do solo, os animais, enfim a natureza e o clima do lugar. Dos modos de enfrentar estes desafios, surge a cultura que aquele grupo humano irá desenvolver, e, obviamente, das prioridades para garantir a sobrevivência e o conforto de suas vidas.

Entre os povos mesopotâmicos estavam os assírios, babilônios, arameus, cananeus e fenícios. Entre os cananeus surgiram os semitas, dos quais se constituíram os hebreus.

Naquele momento histórico, as civilizações se destacavam, no Oriente Médio, pela força das armas ou pelo comércio. Os hebreus formavam povo pequeno, entre os poderosos egípcios e os demais sumérios e os hititas. Talvez para se impor diante daqueles e para se valer para si mesmos, criaram um Deus só para eles, Jeová, que lhes deu força. Constituíram o primeiro povo monoteísta.

O mundo europeu ainda estava por se formar. Mas a unidade conseguida por ser "o povo escolhido" permitiu a continuidade e a permanência da identidade judaica. Puderam, assim, suportar as diásporas sem perder a fé e seus costumes.

Por que está identidade tão forte não os levou a constituírem um povo solidamente nacionalista, ainda não há como saber.

Os judeus têm seu livro sagrado, a Torá, que constitui o Pentateuco da Bíblia dos Cristãos, e o Talmud, espécie de hermenêutica e exegese elaboradas por séculos, para melhor aplicação dos conteúdos da Torá, formando verdadeiro repertório de jurisprudências e modos de ser e pensar judaico.

No entanto, a proximidade dos judeus com o mundo das finanças, que buscam a globalização, os transformou em universalistas, quando se esperaria a postura nacionalista. Isto os coloca em contradição com suas realidades específicas, não globais, como, exemplificando, a de só existir, para o Estado de Israel, o casamento religioso.

Mundo unipolar e as contradições históricas

A agressão à Rússia pelo complexo industrial-militar do Atlântico Norte, usando o golpe "Euromaidan", a Primavera Ucraniana, em 2013/2014, para ter o pretexto bélico, resultou no mais amplo fracasso – militar, econômico, social e político – da Europa Ocidental (Alemanha, Bélgica, França, Países Baixos, Reino Unido e Suécia).

O mundo unipolar financeiro colocou até em declínio sua moeda única: o dólar estadunidense, o que dizer da descendência, o euro. A União Europeia (UE) lembra o provérbio: quando em casa não há pão, todos brigam, ninguém tem razão. O presidente francês vem ao Brasil para que a França, não a UE, tenha parte do butim Amazônico.

A Europa vê com pessimismo o futuro, não apenas pela recessão, pelo desemprego, pela falta de produtos nas prateleiras dos mercados, por greves e manifestações das mais diferentes classes profissionais, agricultores, operários, funcionários públicos, faxineiros, como pelo avanço político da extrema direita.

No entanto, parece aceitar o esfacelamento a qualquer reação nacionalista. Isso pela sujeição dos poderes europeus, onde as famílias aristocráticas ainda são financeiramente importantes, a ponto de colocarem na presidência da França um empregado da família de banqueiros Rothschild, e trabalharem para o esquecimento do presidente Charles De Gaulle.

Situação parecida vive o Brasil, que defende a juristocracia, os centrões parlamentares, pressionam Lula para soluções financistas, e aproveitam qualquer oportunidade para desconstruir a imagem do "ditador" presidente nacionalista Ernesto Geisel.

Dois países, que sofrem permanente ataque das comunicações controladas globalmente pelas finanças, se destacam na construção do mundo multipolar: a Rússia e a China. Iniciemos entendendo a República Popular da China (China).

Como já adiantamos, os homens que constituiriam o chinês, os "han", formaram os primeiros núcleos populacionais no leste da China, junto ao mar Amarelo. Na travessia da Ásia, os futuros chineses foram se modificando fisicamente e enriquecendo seus conhecimentos, não apenas para sobrevivência, mas para construção da sociedade. A proporção de pessoas instruídas sempre foi inferior ao das incultas. No entanto, dados históricos comprovam que, na China, esta proporção de instruídos sempre foi superior à encontrada no Ocidente, embora os alfabetos ocidentais exigissem menos esforço cognitivo do que o mandarim.

Também a China desenvolveu a agricultura nas planícies e nos vales, de modo mais "ecológico", preservando as montanhas e limitando a criação de animais ao indispensável para as necessidades. De acordo com Jacques Gernet (*Le Monde Chinois*, 1972): "A Ásia Oriental é a única parte do mundo onde existe esta tão nítida distinção entre o mundo dos pastores e o mundo dos agricultores; o que bastaria para assinalar a originalidade chinesa e as opções que caracterizariam sua civilização."

Este sinólogo francês, Jacques Gernet (1921-2018), chama atenção para duas características da formação da civilização chinesa: a preeminência da função política e a ausência da subordinação humana à divina, comum a todas demais civilizações. "O poder político foi entendido na China como princípio vivificante e regularizador. Lá a opressão nasce com a ideia de correção", como se lê em Os Analectos, de Confúcio.

Também a civilização chinesa é a civilização da criatividade, daquela que soube desenvolver tecnologias para confecção de produtos que chegaram ao Ocidente desde a Roma Imperial, que buscava o luxo, a seda, onde sua riqueza fosse exibida.

Uma observação deve ser feita em relação à escrita. Pelo século 3 a.C. houve a homogeneização das normas gráficas, tornando-a mais acessível e até influenciando povos de idiomas diferentes do chinês, como coreanos, japoneses e vietnamitas por séculos. A indiferença da escrita diante de variações fonéticas permitiu a continuidade administrativa e cultural e, curiosamente, ter uso de verdadeira estenografia, como relata o "pai da história" Mohammad al-Râzi (888-955), que viemos conhecer pela "Crônica do Mouro Rasis", do clérigo Gil Peres (século 14).

Nos quatro séculos da dinastia dos "Han" (206 a.C.-220 d.C.), o Ocidente viu a queda da sua mais expressiva construção societária, a lei romana, diante da religião cristã. Porém a China ultrapassa a dinastia dominante e dá aos chineses a percepção de participar da mesma civilização. Houve a crítica da pouco criativa Era Han, diante da efervescência dos Reinos Combatentes (475 a.C.-221 a.C.).

No entanto, como dispõe Anne Cheng (*Histoire de la pensée chinoise*, 1997): "A visão dos Han está na busca de um ponto de vista panorâmico a partir do qual seja possível ter a visão de conjunto sobre a proliferação das correntes precedentes, e de como integrá-las em conjunto coerente e sem exclusões".

É célebre o diálogo entre o Imperador Gao Zu (202 a.C.-195 a.C) e o letrado Lu Jia: "Gao: eu conquistei o império a cavalo, que necessidade tenho dos clássicos? Lu Jia replica: É a cavalo que se conquista o Império, mas será a cavalo que o Império deve ser governado?"

Embora as datações dependam dos critérios de historiadores, nem sempre em harmonia, a Idade Média Europeia é aceita como o período compreendido entre os séculos 5 e 15. Para Europa foi período de retrocesso e estagnação, com a questão religiosa dominando as decisões políticas e sociais.

Se era a presença divina quem daria o sentido da vida para o europeu, para o chinês, a partir do século 3, quando finda a dinastia Han, um novo pensamento, mais individualista, vindo da Índia, ganha força. O budismo, que não é religião, mas o modo de ver e se comportar no mundo, onde "tudo é ilusão".

Sidarta Gautama, o Buda, nasceu num pequeno reino onde hoje é o Nepal, e viveu, aproximadamente, durante o mesmo tempo que Confúcio, entre o quinto e quarto século antes da Era Cristã. Mas seus pensamentos, embora nenhum apele para o ser extraterreno, algum Jeová ou Deus cristão, são díspares.

Para Confúcio, é próprio do ser humano estar em contato com os outros e daí a importância dos ritos e dos nomes. A política, como já mencionamos, é a ação mais relevante. Para Gautama é a abstração do mundo, da intencionalidade, a construção que cada pessoa faz do seu "eu", que lhe possibilita atingir o Absoluto. Tem-se o pensamento social contrapondo ao individual, um socialismo, que não está em Confúcio, mas na consequência de sua aposta no homem, versus o liberalismo excludente da atualidade ocidental.

O budismo ganha força na China a partir do século 5, com as práticas do yoga, a tradução de textos e a proliferação de estátuas de Gautama, numa concepção que mistura influências do oriente médio com as helenistas. Por três séculos ocorrem peregrinações budistas pelo território chinês. Também, por mais de 150 anos (1208 a 1368), a China sofre o domínio mongol.

A China, como a Europa, tem seu espaço invadido por ocupação ideológica e domínio político nos 13 primeiros séculos da Era Cristã. Na Europa começa a libertação com o Renascimento artístico, na China com a dinastia dos Song (séculos 10 e 11), restabelecendo a continuidade do "Tao", o "caminho", na sinergia entre o trabalho educativo e o engajamento político.

No entanto, por todo este período de ocupações, a China não deixou de desenvolver a tecnologia das manufaturas e o espírito leniente de quem conhece sua força e a capacidade de retomar o controle da própria história, as "características chinesas".

O que não fora debate desde Mêncio (372 a.C.-289 a.C.), o mais importante seguidor de Confúcio, surge na discussão entre a mente ("xin") e a natureza ("xing"), próxima ao fim do medievo: "O homem de bem é o primeiro a se preocupar com os tormentos do mundo e o último a se alegrar com suas soluções".

Estamos chegando ao mundo moderno, pós-medieval, que vem acrescido das Américas, e com importantíssima participação africana. Ele será o objeto da continuidade destas reflexões sobre a unipolaridade e a multipolaridade do século 21.

Pedro Augusto Pinho é administrador aposentado.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas







Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Fora, Roberto Campos Neto!

Lula nunca teve apoio no Congresso – nem na área econômica do governo – para tirar Roberto Campos Neto do comando do Banco Central. Mas ao final deste ano acaba o mandato do neto de Bob Fields, e é importante demarcar terreno para que o próximo presidente do BC tenha entendimento amplo da economia e não meramente se atrele às teses financistas.

Nesta segunda-feira, o ministro Fernando Haddad apenas anunciou, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) sacramentou, o que até o mais otimista dos ocupantes da Faria Lima sabiam: não há como se alcançar superávit primário em 2025.

(Aqui vai uma inconfidência: não haverá déficit primário zero no ano que vem)

Claro que a imprensa financista se lançou em ataques ao governo Lula, cobrando cortes nos gastos – a mesma imprensa que pressiona pela manutenção da desoneração da folha de pagamentos, benefício fiscal que sangra os cofres da União e que tem, entre seus agraciados… o setor de comunicação.

De qualquer forma, uma discussão infrutífera. Pois com déficit primário zero ou não, o rombo nas contas públicas que realmente importa – o déficit nominal, que inclui juros da dívida – segue trilionário, literalmente: em fevereiro de 2024, fechou o período de 12 meses em R$ 1,015 trilhão.

Por isso, é preciso tirar qualquer sombra de Campos Neto do BC, assim como dos corações e mentes da equipe econômica.

É o mundo, estúpido!

Enquanto ganha destaque na mídia a "análise" de que o dólar está em alta por causa do déficit primário, a realidade internacional se impõe. Os mercados de ações caem em todas as Bolsas de Valores do mundo, a moeda norte-americana se fortalece, e os especuladores tratam de ganhar dinheiro.

Ah, e as ações da Petrobras seguem caminhando para recuperar o que tinham perdido após a crise pré-fabricada da distribuição de dividendos. Nesta terça-feira, a PETR4 subiu quase 0,5%.

Leão incompleto

A declaração de Imposto de Renda pré-preenchida veio para simplificar a vida dos contribuintes, correto? Nem sempre, na opinião de Richard Domingos, diretor-executivo da Confirp Contabilidade. "A realidade é que não se tem quase nenhuma informação correta no documento", alerta, com risco de cair na malha fina para quem confiar nas informações automáticas.

"Temos feito, em algumas das declarações que elaboramos, essa opção, e mais de 50% das informações necessárias não constam, já outras estão com dados errados ou colocados em campos indevidos. Lembrando que o pré-preenchimento depende da entrega de dados pela fonte pagadora", explica Domingos.

Entre as informações que faltam, estão saldos bancários, de compra e venda de imóveis e de criptoativos. Informações de rendimentos fornecidos pela DMED também estão aparecendo parcialmente.

Rápidas

A Escola Superior de Advocacia (ESA) da OABRJ promoverá o 1º Congresso de Direito, cujo tema é "Constituição, democracia e novas tecnologias", 25 e 26 de abril, de forma totalmente virtual. As inscrições são gratuitas *** O tenor Eric Herrero, diretor artístico do Teatro Municipal do RJ, se apresentará no próximo dia 25 em um concerto intimista na Casa do Artista Gerson Pinheiro, em Ipanema. O evento, por adesão, inclui também jantar, explica Dorys Daher, uma das gestoras do espaço.

PIB da China cresce 5,3% e deve puxar o Brasil

Economista: 'economia robusta e cada vez mais diversificada'

No primeiro trimestre deste ano, o Produto Interno Bruto da China registrou um crescimento anual de 5,3%, superando as expectativas do mercado. Essa taxa de crescimento superou tanto a marca de 5,2% do trimestre anterior quanto a expectativa de 5,0% dos economistas consultados pelo "The Wall Street Journal".

Os dados indicam um início sólido para a segunda maior economia do mundo neste ano. Em termos trimestrais, o PIB chinês cresceu 1,6% nos primeiros três meses de 2024, acelerando em comparação com o ganho trimestral de 1,0% observado no último trimestre de 2023, conforme relatado pelo Escritório Nacional de Estatísticas.

Para o economista Volnei Eyng, CEO da Multiplike, o crescimento foi bom, mas não chega a surpreender porque o país asiático já reporta números bem acima das demais nações. "Trata-se de uma economia grande e cada vez mais diversificada e qualquer escalada de crescimento da China acaba puxando o Brasil junto, principalmente porque o país asiático é o principal parceiro comercial do Brasil", diz.

Relação comercial

"A relação comercial entre os dois países se pauta nas commodities, com o Brasil fornecendo minério de ferro, soja e milho. Além disso, a China crescendo é sinônimo de estabilidade, dada sua imensa população, e isso deixa o resto do mundo tranquilizado", destaca. O país tem 1,2 bilhão de habitantes.

Por volta das 9h desta terça-feira a ação VALE3, da mineradora Vale, subia 0,58%, cotada a R$ 61,99, impulsionada pelo desempenho da economia chinesa. O minério de ferro, por sua vez, recuava 1,49% em Dalian (China).

Fabio Murad, sócio da Ipê Investimentos, lembra que o Brasil também revende à China Petróleo e isso justifica a alta reportada na ação da Petrobras. O papel PETR4 subia 0,95%, cotado a R$ 39,31. "A economia chinesa está se recuperando mais rápido do que o previsto, o que é uma boa notícia para a economia global, já que o país é um dos principais motores de crescimento do mundo", frisa. Entretanto, elenca que o Brasil tem um alto grau de dependência econômica da China.

"O mundo também tem um alto grau de dependência da China. A China é a segunda maior economia do mundo e um importante motor de crescimento global. Além disso, muitos países dependem da China como um mercado para suas exportações e como uma fonte de investimento", aponta.

Ele explica que o crescimento da China influencia a economia brasileira de várias maneiras. "Primeiro, o aumento da demanda chinesa por commodities brasileiras pode impulsionar as exportações. Segundo, o crescimento chinês pode aumentar o investimento direto estrangeiro no Brasil, o que pode impulsionar o crescimento econômico. Por fim, a recuperação econômica da China pode ajudar a melhorar o sentimento do mercado global, o que pode beneficiar o Brasil, dado que somos um país emergente", ressalta.

André Colares, CEO da Smart House Investments, destaca que o crescimento reportado pela China é notável, uma vez que ultrapassa a meta anual do país de 5%, demonstrando a resiliência da economia chinesa em face dos desafios globais.

"Globalmente, a dependência da China é profunda, dada sua posição como líder na manufatura mundial e seu papel como consumidor de recursos e produtos. Sua influência nas cadeias de suprimentos, nos mercados de commodities e nas políticas econômicas é substancial, afetando as economias ao redor do mundo", diz.

"O forte crescimento econômico da China pode beneficiar o Brasil ao aumentar a demanda por suas exportações, potencialmente elevando os preços das commodities e melhorando a balança comercial. Essa dinâmica pode impulsionar o crescimento econômico do Brasil, especialmente em setores diretamente ligados ao comércio com a China", indica.

Para o executivo, essas interconexões ressaltam a importância da relação sino-brasileira não apenas em termos comerciais, mas também como um fator influente na estabilidade e no crescimento econômico do Brasil. "O desempenho sólido da economia chinesa reforça a necessidade de manter e fortalecer essa parceria estratégica para o benefício mútuo de ambas as nações."

Comissão aprova MP que limita compensações tributárias

Senadores e deputados aprovaram nesta terça-feira, em comissão mista, a medida provisória (MP) 1.202/2024, que limita a compensação tributária para créditos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado. O projeto de conversão originado pela medida segue para a votação da Câmara dos Deputados. Se aprovado, ainda precisará passar pelo Senado. O prazo para a votação vai até 31 de maio.

A MP, editada em dezembro de 2023 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tratava do fim da desoneração da folha para 17 setores da economia e para prefeituras. Esses e outros itens acabaram sendo excluídos do texto e estão sendo tratados em projetos de lei. A parte restante da MP, que permanecia em discussão, tratava de dois pontos: a limitação da compensação de créditos tributários e do fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado para amenizar a crise deixada pela pandemia.

Segundo a Agência Senado, após um acordo entre governo e oposição, o relator retirou do texto a parte sobre o Perse. O tema já está em um novo projeto de lei em análise na Câmara dos Deputados, em regime de urgência. Além de restringir o programa de 44 para 12 atividades econômicas, o PL 1.026/24 também estabelece reoneração gradativa dos tributos até zerar os benefícios em 2027 para todos os setores.

"Esta relatoria vai acatar a vontade da maioria dos membros desta comissão e nós vamos retirar a revogação do Perse desta medida provisória, que tratará tão somente do parcelamento da compensação tributária e tratará sobre a regulamentação desse parcelamento a ser feita pela Receita Federal", informou o relator, deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA).

A parte restante da medida, que trata da compensação tributária, foi mantida exatamente como enviado pelo Executivo. A limitação da compensação de créditos tributários é tida pelo governo como uma forma de aumentar a previsibilidade das receitas da União. A regra afeta contribuintes que, por decisão judicial definitiva, têm direito a receber valores cobrados indevidamente pela União e querem optar por compensar esses valores com débitos tributários futuros.

Pelo texto, essas compensações terão de observar o limite previsto em ato do Ministério da Fazenda. Os limites valem apenas para créditos maiores, acima de R$ 10 milhões.

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A
CNPJ nº 02.013.199/0001-18 - NIRE 33.3.0016564-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Convocamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 25 de abril de 2024, às 11 horas, na sede da sociedade à Rodovia Amaral Peixoto, s/n, Km 91, Bananeiras, Araruama/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(b)** Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(c)** Retenção de lucros; **(d)** Exame e discussão da proposta orçamentária para o ano de 2024; e **(e)** Assuntos gerais da Companhia. Araruama, 15 de abril de 2024. Rodrigo Assad Macool - Diretor; Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor.

SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 30.458.020/0001-71 NIRE 33.3.0000065-8
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas da **SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 17h do dia 29/04/2024, na sede social da Companhia, na Praia do Flamengo, 200 - 19º andar (Parte), Flamengo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para apreciação e deliberação das seguintes matérias: **a)** Relatório Anual da Administração e Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **b)** Ratificar o pagamento de Dividendos e a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio durante o exercício de 2023; **c)** Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023 e pagamento de dividendos; **d)** Eleição dos Membros da Diretoria e fixação de sua remuneração. Rio de Janeiro, 12/04/2024.
Wilson Lemos de Moraes Junior - Diretor-Presidente.

60 milhões de empresas já foram abertas no Brasil

Segundo pesquisa realizada pela BigDataCorp, líder em análise de dados na América Latina, o Brasil ultrapassou a marca de mais de 60 milhões de Cadastros Nacionais da Pessoa Jurídica (CNPJ) registrados ao longo da história do país. Atualmente, 36,35% desses registros estão ativos, indicando um mercado dinâmico onde novas empresas nascem e outras se despedem, mantendo o ecossistema empresarial em constante renovação. A maioria das empresas ativas são Matrizes, com 94,50%, e apenas 5,50% são Filiais. Os dados são de abril de 2024.

As Micro Empresas (ME) representam 77,9% do mercado, e a maioria delas são empresas individuais (MEIs), que somam 75,62%. Tirando os MEIs, a maioria das empresas tem dois sócios. Isso destaca a importância dos pequenos empreendedores para a economia nacional. O capital social declarado pelas empresas ativas soma um total de R$ 21 trilhões. Esse número representa o investimento dos empreendedores na economia do país, na forma do dinheiro investido para começar os negócios. Se olharmos para todos os 60 milhões de CNPJs, incluindo as empresas que já encerraram as suas atividades, esse número sobe para quase R$ 185 trilhões.

Para Thoran Rodrigues, CEO da BigDataCorp, a marca de 60 milhões de CNPJs reflete a energia e a capacidade de inovação do empreendedor brasileiro. "Cada CNPJ é uma semente plantada que pode florescer em um negócio próspero, contribuindo para a economia e a sociedade. É essencial reconhecermos a diversidade e a resiliência do nosso mercado ", comenta o executivo.

O estado de São Paulo continua a ser o epicentro dos negócios no Brasil, com 30,9% das empresas ativas. Minas Gerais aparece em segundo lugar, com 10,42%, tendo ultrapassado o Rio de Janeiro (8,4%) e demonstrando a expansão do empreendedorismo para além das fronteiras tradicionais.

A idade média das empresas ativas é de oito anos, com uma taxa de mortalidade que aumenta nos primeiros anos de atividade. Cerca de 77,9% das empresas encerram suas operações antes de completar quatro anos, e menos de 1% chegam a completar dez anos de vida. Esses números ressaltam a importância de políticas de apoio ao empreendedorismo, especialmente as que estão voltadas para quem está iniciando a sua jornada.

O setor empresarial brasileiro é caracterizado por uma grande diversidade de atividades, com o comércio varejista de artigos do vestuário liderando com 7,73% dos CNPJs ativos. Outras áreas também se destacam, abaixo a lista das dez principais atividades registradas das empresas brasileiras:

Comércio varejista de artigos do vestuário: 7,73%

Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal: 4,66%

Promoção de vendas: 4,22%

Comércio varejista de bebidas: 3,99%

Cabeleireiros, manicure e pedicure: 3,96%

Instalação e manutenção elétrica: 3,95%

Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares: 3,88%

Obras de alvenaria: 3,59%

Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente: 3,53%

Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente: 3,50%

Depois de 5 meses de alta, preço da batata cai no atacado

Depois de cinco meses de elevação, os preços da batata começaram a ceder nos principais mercados atacadistas do país. Em março, a média ponderada das cotações do tubérculo teve queda de 21,14%, em relação à registrada em fevereiro. A maior redução foi verificada na Central de Abastecimento (Ceasa) do Distrito Federal (- 61,81%), seguida da Ceasa Rio de Janeiro (-32,02%) e da Central de Pernambuco (- 22,81%). Os dados estão no 4º Boletim do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), divulgado nesta terça-feira pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Os menores preços da batata foram verificados devido a maior oferta do produto e ocorreram mesmo com a elevada pressão de demanda, impulsionada pelos pratos típicos da quaresma, em particular, a Semana Santa. O boletim ainda mostra que esse movimento de queda continua nas primeiras semanas de abril.

Para a alface também foi verificada uma média ponderada negativa em relação à média de fevereiro (-14,11%), influenciada pelo comportamento do preço na Ceasa em São Paulo, onde os preços caíram 28,0%. Outra Central que apresentou redução no preço da alface foi a do Distrito Federal (- 60,0%). A cenoura também ficou mais barata no último mês nos principais mercados atacadistas. Queda influenciada pela maior oferta da raiz nos entrepostos. Em março houve aumento na quantidade do produto no mercado de 8,3% em relação a fevereiro e 9,8% em relação a janeiro.

Em contrapartida, tomate e cebola ficaram mais caros. Para o bulbo, a alta chegou a 11,74% na média ponderada. Segundo a análise da Conab, os preços não cederam em março, influenciados pela maior presença no mercado da cebola importada, com a melhor qualidade da cebola, e com a continuação e concentração da oferta no Sul do país. Já no caso do tomate a elevação chega a 19,23% na média ponderada, explicada pela redução na oferta. Esse comportamento de diminuição da comercialização do tomate nas Ceasas é reflexo da escassez do fruto em ponto de colheita.

Frutas

Em março, o movimento preponderante para os preços da laranja, mamão e melancia foi de alta. A maior elevação foi registrada na média ponderada do mamão, com incremento de 22,44%. De acordo com o Boletim da Conab, o calor e as chuvas no sul baiano e norte capixaba em fins de fevereiro e março, principais regiões produtoras da fruta, que comprometeram tanto o bom desenvolvimento quanto a qualidade e a colheita das frutas, influenciando na alta dos preços para as duas variedades de mamão.

No caso da laranja, houve elevação das cotações e pequeno aumento da comercialização, em meio à boa demanda e à continuidade da escassez da fruta nos pomares, no contexto de baixos estoques nacionais de suco e de altos preços, inclusive para contratos firmados para a próxima temporada. Para suprir a demanda no varejo, foi acelerada a colheita das laranjas precoces. A média ponderada de preços para a fruta no atacado teve alta de 10,39%.

Já a melancia teve aumento de preços e queda da comercialização na maior parte das Ceasas, exceto no DF e em Goiás, abastecidas por frutas de Uruana (GO). As safras baiana e gaúcha chegaram ao fim, e o incremento de oferta originário de Goiás e São Paulo foi lento, o que traz pressão de alta nas cotações

Apesar de uma leve queda na média ponderada, em março, o mercado atacadista de banana registrou elevação das cotações na maioria dos entrepostos atacadistas por causa primordialmente da restrição da oferta nacional, notadamente da banana prata, em período de entressafra na maioria das regiões produtoras. Essa configuração deve continuar pelo menos até maio, quando a produção historicamente aumenta em diversas zonas produtoras.

Já para a maçã, não houve grandes variações de preços, já que a oferta esteve controlada pelas companhias classificadoras das frutas, sendo as maçãs médias e grandes as preferidas pelos consumidores. Ainda assim, a quantidade comercializada aumentou na maioria dos entrepostos atacadistas influenciando na leve queda dos preços de 2,42%, ao considerarmos a média ponderada.

Exportações

No acumulado do primeiro trimestre de 2024, o volume total enviado ao exterior foi de 239,4 mil toneladas, queda de 5,88% em relação ao primeiro trimestre de 2023, e o faturamento foi de U$S 284,7 milhões (FOB), superior 12,31% em relação ao primeiro trimestre de 2023 e de 25,61% em relação ao mesmo período de 2022.

Vale-transporte: reajuste nas tarifas do metrô é desafio para empresas

Em São Paulo, o ano iniciou no mês de janeiro com aumento das passagens de ônibus, trens e metrôs para R$ 5. A partir desta sexta-feira foi a vez da população do Rio de Janeiro sentir os efeitos que os R$ 7,50 de cobrança do metrô trarão nos bolsos dos trabalhadores e, também, os impactos que isso pode ter nos caixas das empresas que utilizam o vale-transporte quando não estão preparadas para encarecimentos inesperados.

O cenário nas grandes cidades, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro, reflete a necessidade de adaptação e previsão por parte das empresas. Sendo assim, o aumento da tarifa de transporte público pode representar um fator determinante para a satisfação, retenção de talentos, folego nos caixas e qualidade na gestão do VT.

Leticia Deus é coordenadora de Recursos Humanos da RB Serviços, uma empresa líder em benefícios corporativos, e destaca a relevância de antecipar-se a esses reajustes. "A gestão proativa dos vale-transporte é crucial para manter um ambiente de trabalho saudável e colaboradores satisfeitos. Antecipar-se aos reajustes é uma estratégia inteligente para garantir que a companhia não seja surpreendida financeiramente", alerta.

A empresa ressalta que, diante do aumento na tarifa de transporte público no Rio de Janeiro, é fundamental que as organizações revisem suas políticas de benefícios e implementem práticas que minimizem o impacto financeiro. Para isso, a RB Serviços compartilha algumas orientações com base em suas soluções de trabalho:

Revisão e atualização das políticas de benefícios: avalie regularmente as políticas de benefícios, considerando as mudanças nas tarifas de transporte público. Atualizar os valores do vale-transporte de acordo com as novas tarifas é essencial para manter a equidade e a justiça interna.

Incentivo ao transporte alternativo: considere a implementação de programas de incentivo ao transporte alternativo, como caronas solidárias, bicicletas compartilhadas ou, até mesmo, o auxílio para aquisição de veículos próprios. Essas alternativas podem reduzir a dependência do transporte público e mitigar os impactos financeiros.

Negociações com fornecedores: busque negociações vantajosas com fornecedores de benefícios corporativos. Parcerias estratégicas podem proporcionar condições mais favoráveis, aliviando a pressão financeira causada pelos reajustes nas tarifas de transporte.

Comunicação direta: mantenha uma comunicação verdadeira e clara com os colaboradores, explicando as mudanças nas políticas de benefícios e demonstrando o comprometimento da empresa em garantir um ambiente de trabalho saudável.

"Os colaboradores valorizam quando a empresa está comprometida em encontrar soluções que minimizem os impactos dos reajustes em seus bolsos e isso, além de engajar, proporciona fidelidade e imersão na cultura organizacional ", ressalta a especialista.

Diante do cenário desafiador, as companhias que adotam uma abordagem estratégica e proativa na gestão de benefícios estarão melhor posicionadas para preservar a satisfação dos colaboradores e manter a saúde financeira.

E-commerce deve faturar R$ 7,03 bilhões neste Dia das Mães

De acordo com dados da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm), a expectativa para o Dia das Mães deste ano é de 5% de aumento nas vendas na comparação com 2023, totalizando R$ 7,03 bilhões de faturamento entre os dias 22 de abril e 11 de maio. Além disso, o número de pedidos deve chegar a 14,6 milhões.

Já segundo levantamento da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), os consumidores que saírem para comprar os presentes ou lembranças vão pagar em média 36% em impostos no preço final do produto.

No caso de perfumes importados, por exemplo, 78,99% são tributos. Os nacionais, um pouco menos, 69,13%. Os dados têm como base o Impostômetro, painel instalado no centro histórico da capital paulista que mede em tempo real os impostos, taxas e contribuições pagos as três esferas federal, estadual e municipal.

O economista da ACSP, Marcel Solimeo, lembra que a alta carga tributária não será o único desafio dos consumidores na hora de presentear suas mães. "Tudo o que compõe o preço final do produto, especialmente neste ano, vai chamar a atenção também pelos efeitos da inflação em alta, que diminui o poder de compra dos consumidores".

IMC (MEAL3): 2023, avanço da simplificação e valor de mercado

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a IMC, International Meal Company (MEAL3), com Rafael Bossolani, CFO da companhia responsável pelas operações da Pizza Hut e do KFC no Brasil e da rede de restaurantes Frango Assado.

Como a IMC avalia o ano de 2023?

O ano de 2023 foi superimportante para solidificarmos o ciclo iniciado em 2021. Desde 2021, nós temos uma proposta muito clara de transformação da companhia com base em alguns pilares como a melhora na eficiência operacional e na estrutura de capital, disciplina financeira, expansão, inovação e tecnologia.

Quando olhamos para os números de 2023, nós tivemos uma evolução importante nas margens operacionais e na eficiência operacional da companhia. Houve uma evolução importante nas operações no Brasil em termos de receita e rentabilidade. Nós melhoramos a estrutura de capital da empresa, desinvestimos alguns negócios, reduzimos o nível de endividamento da companhia, melhoramos o perfil da dívida e alongamos o seu prazo.

Além disso, ao mesmo tempo em que equilibramos a companhia operacional e financeiramente, nós retomamos a expansão, sendo a KFC uma das marcas com maior crescimento. A combinação de melhoria de resultado operacional com a melhoria na estrutura de capital, proporcionou a possibilidade de seguirmos avançando na expansão das nossas lojas. Nós expandimos quase 50 lojas líquidas entre a abertura e o fechamento do ano passado.

No pilar de digitalização, nós tivemos um avanço de iniciativas digitais bastante importante. Nós estamos passando por uma enorme transformação nesse tema, com as vendas digitais chegando hoje a quase 40% dos nossos negócios, isso numa empresa que há dois, três anos era, basicamente, analógica.

O ano de 2023 foi bastante próspero e alinhado com o que nos comprometemos a fazer numa agenda de médio e longo prazo.

Como está o trabalho de simplificação da operação da IMC?

Esse trabalho tem avançado de forma bastante rápida. Ao longo da sua história, a IMC criou negócios bastante complexos com, talvez, baixa sinergia entre marcas e canais. Nesse aspecto, nós já desinvestimos de três negócios importantes. Em 2022, nós vendemos duas operações no Panamá, e em 2023, três operações na Colômbia e uma no Brasil, o Oliver Garden, que era um modelo de negócio distinto do que temos hoje nas principais marcas, que chamamos de marcas de aceleração, de crescimento. Isso, de certa forma, se traduz no avanço da simplificação do nosso portfólio.

Contudo, essa simplificação não está atrelada apenas ao desinvestimento de ativos, mas também ao foco nas marcas onde entendemos que existe maior geração de valor para o acionista no médio e longo prazo. Nessa linha, no Brasil nós seguimos focando no KFC, Pizza Hut e Frango Assado, e nos Estados Unidos, nós temos a MargaritaVille, que é uma marca importante.

Nós vamos seguir buscando no nosso portfólio essa simplificação em tudo que fazemos, como processos, sistemas, modelo de gestão e centralização. Tudo isso com tecnologia para que possamos trazer um modelo mais eficiente que seja replicável e escalável.

Como se dá a competição da Pizza Hut e KFC no mercado de fast food e do Frango Assado no mercado de parada?

Para a IMC, o cliente está no centro dos nossos negócios. Por conta disso, nós, de forma consistente, buscamos atender às suas demandas. No KFC, as nossas lojas estão concentradas nas praças de alimentação de shopping centers. Para que pudéssemos estar presentes a qualquer hora na vida dos consumidores, nós estamos planejando a inauguração de lojas de rua, incluindo o formato de drive thru. Dessa forma, nós expandimos a proposta de valor da marca KFC além das praças de alimentação, onde, majoritariamente, nós estamos.

No caso da Pizza Hut, nós lançamos, recentemente, uma série de inovações nos cardápios para ampliarmos a ocasião de consumo dos clientes, especialmente na hora do almoço. Isso porque no Brasil, o segmento de pizzas é muito concentrado em alguns horários e dias de semana. No caso da Pizza Hut, mais de 50% do negócio acontece nas sextas, sábados e domingos, das 18hs às 23hs.

Assim, no ano passado nós lançamos massas como uma nova ocasião de consumo para, por exemplo, o almoço. Nós também trouxemos para o cardápio uma pizza que chamamos de "Estilo Nova York", que é uma fatia maior com uma massa mais fina, o que possibilita um consumo mais frequente.

Neste mês, chegou às lojas um novo produto chamado Melts, que é uma massa no estilo de uma tortilha. Com isso, nós entramos numa ocasião de consumo de snaps. Além disso, nós temos parcerias com grandes lojas de conveniência, como a AmPm, para as quais enviamos pizzas congeladas, sempre com muita qualidade. Atualmente, nós estamos estudando como ampliar, ainda mais, essa parceria com esse canal.

Com relação ao Frango Assado, nós focamos na revitalização das lojas e na reforma das estruturas para recebermos melhor os clientes. Nós temos apostado, ainda mais, em espaços inovadores, como áreas pet para descanso dos animais no decorrer da viagem, e road offices, onde o viajante pode parar para trabalhar um pouco ou fazer uma reunião dentro da nossa loja. Além disso, nós estamos expandindo o nosso programa de benefício de fidelidades, que tem performado muito bem e que já soma mais de 250 mil clientes cadastrados.

No final do dia, nós temos buscado, para cada uma das marcas, melhorar a experiência sempre com o cliente no centro e ampliar as ocasiões de consumo que temos no nosso portfólio.

Divulgação IMC



Rafael Bossolani

Como a IMC avalia as suas perspectivas para 2024?

Nós encerramos 2023 bastante empolgados e motivados para entrarmos em 2024. Nos últimos 3 anos, nós trabalhamos nas fundações dessa reestruturação, eu posso chamar assim. Na nossa visão, nós começamos a entrar no fim de um ciclo de transformação e começamos a entrar num novo ciclo de aceleração das ações que foram tomadas.

O ano de 2024 talvez seja o primeiro de um novo estágio de companhia bastante saneada e bem posicionada operacional e financeiramente. Nós estamos muito positivos para as expectativas de 2024, sabendo que sempre teremos desafios internos e externos. O cenário macroeconômico, com queda de juros e retorno dos investimentos na economia como um todo, deve propor uma boa expectativa para os resultados da companhia.

Na avaliação da companhia as ações estão refletindo o trabalho que tem sido feito pela nova gestão da IMC?

Essa é uma pergunta bastante interessante, pois, na nossa visão, não. Quando nós olhamos o market cap da companhia, ele não reflete a melhora nos resultados que vem sendo apresentada nos últimos 11 trimestres, com quase três anos de crescimento consecutivo de top line e de bottom line, e de saneamento da posição financeira da companhia. Na nossa visão, existe um descasamento do potencial de valor que tem a ser destravado versus a leitura do mercado.

É superimportante falar que as nossas ações têm uma liquidez baixa e uma volatilidade alta. Um exemplo disso é que logo após a divulgação do resultado do 4T23, as ações caíram quase 18%, sendo que alguns dias antes elas haviam subido mais de 20%. Como o mercado é bastante inconstante com os valores, a administração da companhia tende a olhar a geração de valor no longo prazo.

Nós sabemos que 2023 foi um ano difícil para o setor como um todo, mas o resultado da companhia cresceu. Nós fechamos o ano com vendas totais acima de R$ 3 bilhões, ou seja, quase 8% de crescimento versus 2022. A receita líquida cresceu mais de 10%, o Ebitda expandiu mais de 25%, o Same Store Sales cresceu acima de 5% e nós ganhamos market share quando comparamos alguns índices de mercado.

Um exemplo importante dessa questão foi a venda de uma loja da Margaritaville por quase R$ 66 milhões. Por mais que essas lojas tenham tamanhos distintos, se nós extrapolarmos o resultado que essa loja fazia para as demais lojas, e ela era responsável por, aproximadamente, 10% do resultado dos Estados Unidos, nós estamos falando de um valuation para a operação americana muito acima do atual market cap da IMC, o que só reforça a nossa tese de que a soma das partes da companhia vale mais que o todo hoje.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/imc-meal3-2023-avanco-da-simplificacao-e-valor-de-mercado

---

CEG RIO S.A.
CNPJ/MF Nº 01.695.370/0001-53 - NIRE: 3330016451-1
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ACIONISTAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. Acionistas da CEG RIO S.A. a comparecer à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), a se realizar no próximo dia 29 de abril de 2024 às 12h (doze horas), em primeira convocação, de forma virtual, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **1)** Exame e aprovação do Relatório Anual da Administração, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras de 2023, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, assim como do parecer do Conselho Fiscal; **2)** Aprovação da Distribuição de Resultados de 2023; **3)** Instalação e eleição do Conselho Fiscal da Companhia; e **4)** Fixação da remuneração da administração da Companhia e do Conselho Fiscal. Informamos aos Srs. acionistas que se encontram à disposição, na sede da companhia, os documentos constantes da Ordem do Dia, conforme previsão legal. Os representantes dos acionistas deverão comparecer à AGO munidos de instrumento de procuração. Rio de Janeiro (RJ), 15 de abril de 2024. **José Garcia Sanleandro -** Presidente do Conselho de Administração.

ÁGUAS DO PARAÍBA S/A
CNPJ nº 01.280.003/0001-99 - NIRE 33.3.0016334-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Convocamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 25 de abril de 2024, às 17 horas, na sede da sociedade à Rua Avenida Dr. José Alves de Azevedo nº 233, Parque do Rosário, Campos dos Goytacazes/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(b)** Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(c)** Retenção de lucros; **(d)** Exame e discussão da proposta orçamentária para o ano de 2024; e **(e)** Assuntos gerais da Companhia. Campos dos Goytacazes, 15 de abril de 2024. Giuliano Junho Tinoco - Diretor; Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor.

ÁGUAS DE NITERÓI S/A
CNPJ nº 02.150.336/0001-66 - NIRE 33.3.0026182-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Convocamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 25 de abril de 2024, às 08 horas, na sede da sociedade na Rua Marques de Paraná nº 110, Centro, Niterói/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(b)** Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(c)** Retenção de lucros; **(d)** Exame e discussão da proposta orçamentária para o ano de 2024; **(e)** Eleição/reeleição da Diretoria; e **(f)** Assuntos gerais da Companhia. Niterói, 15 de abril de 2024. Bernardo Machado Alves Gonçalves - Diretor; Thiago Contage Damaceno - Diretor.

ÁGUAS DO IMPERADOR S/A
CNPJ nº 02.150.327/0001-75 - NIRE 33.3.0016655-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Convocamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 25 de abril de 2023, às 13 horas, na sede da sociedade na Rua Dr. Sá Earp nº 84, Morin, Petrópolis/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(b)** Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(c)** Retenção de lucros; **(d)** Exame e discussão da proposta orçamentária para o ano de 2024; e **(e)** Assuntos gerais da Companhia. Petrópolis, 15 de abril de 2024. João Henrique Tebyriça de Sá - Diretor; Marcio Salles Gomes - Diretor.

COTONIFÍCIO OTHON BEZERRA DE MELLO S.A.
CNPJ 10.775.815/0001-04 / NIRE 333.0007634-4

Edital de Convocação: Convidamos os Senhores acionistas a se reunirem em AGO, no dia 29/04/2024, às 12:00h., na sede social da Cia., localizada na Rua Teófilo Otoni, nº 15 - 12º and., a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31.12.2017, 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021, 31.12.2022 e 31.12.23; **ii)** Deliberar sobre a destinação do resultado dos períodos**; iii)** Eleição/Reeleição dos membros da Diretoria; **iv)** Fixar o montante de remuneração dos administradores. Rio de Janeiro, 16 de abril de 2024. Rogério Luiz Lima Figueira - Dir. Presidente.

OTHON L BEZERRA DE MELLO COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO S.A.
CNPJ 33.200.023/0001-07 / NIRE 333.0011682-6

Edital de Convocação: Convidamos os Senhores acionistas a se reunirem em AGO, no dia 29/04/2024, às 11:00h., na sede social da Cia., localizada na Rua Teófilo Otoni, nº 15 - 12º and., a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31.12.2020, 31.12.2021, 31.12.2022, 31.12.2023; **ii)** Deliberar sobre a destinação do resultado dos períodos**; iii)** Eleição/Reeleição dos membros da Diretoria; **iv)** Fixar o montante de remuneração dos administradores; v) . Rio de Janeiro, 16 de abril de 2024. Rogério Luiz Lima Figueira - Dir. Presidente.

AUTOPARK S.A.
CNPJ/MF 03.734.265/0001-01 - NIRE 33.300.264.809
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas da Autopark S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no próximo dia 25 de abril de 2024, às 10:30 horas, na sede social da Companhia, na Av. Presidente Antonio Carlos, S/N, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, a fim de deliberarem sobre (i) a homologação da subscrição e integralização do aumento do capital social da Companhia deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de fevereiro de 2024 ("Assembleia") valor de R$ 566.159,10 mediante a emissão de 56.615.910 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão unitário de R$ 0,01; (ii) a alteração do art. 5º do estatuto social; e (iii) a consolidação do Estatuto Social.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2024.
Emilio Sanches Salgado Junior - Diretor

COMARCA DA CAPITAL-RJ.
JUÍZO DE DIREITO DA QUADRAGÉSIMA NONA VARA CÍVEL

EDITAL DE 1º., 2º. LEILÃO ONLINE e INTIMAÇÃO à ARRAKIS EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA, na pessoa de seu representante legal, com o prazo de 10 (dez) dias, extraído dos autos da Ação Sumária (Processo nº 0334679-81.2019.8.19.0001) proposta por CONDOMÍNIO PORTO ATLÂNTICO LESTE contra ARRAKIS EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA, na forma abaixo: A DRA. NATASCHA MACULAN ADUM DAZZI, Juíza de Direito da Vara acima, Faz Saber por este edital aos interessados, que nos dias **08.05.2024 e 15.05.2024, às 13hs:10min,** através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, pela Leiloeira Pública **FABÍOLA PORTO PORTELLA,** inscrita na JUCERJA sob o nº 127, será apregoada e vendida a Unidade 112 "A" – Bloco 02, do edifício situado na Rua Equador, nº 43, Santo Cristo, Rio de Janeiro, RJ.- Avaliação: R$ 249.227,40 (duzentos e quarenta e nove mil, duzentos e vinte e sete reais e quarenta centavos).- O edital na íntegra está afixado no Átrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

COMARCA DA CAPITAL-RJ.
JUÍZO DE DIREITO DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA VARA CÍVEL

EDITAL DE 1º., 2º. LEILÃO ONLINE e INTIMAÇÃO à ARRAKIS EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA, na pessoa de seu representante legal, com o prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação Sumária (Processo nº 0024120-07.2020.8.19.0001) proposta por CONDOMÍNIO PORTO ATLÂNTICO LESTE contra ARRAKIS EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA, na forma abaixo: A DRA. MARIA APARECIDA DA COSTA BASTOS, Juíza de Direito da Vara acima, Faz Saber por este edital aos interessados, que nos dias **29.04.2024 e 06.05.2024, às 12hs:30min,** através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, pela Leiloeira Pública **FABÍOLA PORTO PORTELLA,** inscrita na JUCERJA sob o nº 127, será apregoada e vendida a Unidade 1704 "B" – Bloco 02, do edifício situado na Rua Equador, nº 43, Santo Cristo, Rio de Janeiro, RJ.- Avaliação: R$ 151.360,00 (cento e cinquenta e um mil, trezentos e sessenta reais).- O edital na íntegra está afixado no Átrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

EGTC INFRA S.A.

COMPANHIA FECHADA CNPJ Nº 03.852.459/0001-01

EGTC Engetec Infra

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao semestre encerrado em 31 de dezembro de 2023 da EGTC Infra S.A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Rio de Janeiro, 15 de abril de 2024. **DIRETORIA**.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

		Consolidado		Controladora	
Ativo	Nota	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	267.703	153.805	267.690	153.802
Contas a receber de clientes	5	169.433	48.963	169.433	48.963
Impostos a recuperar	6	3.099	3.881	3.099	3.881
Outras contas a receber	7	17.208	3.691	17.208	3.691
		457.443	210.340	457.430	210.337
Não circulante					
Outras contas a receber	7	3.954	4.508	3.954	4.508
Depósitos judiciais	15.b	880	301	880	301
Partes relacionadas	8.a	552.505	397.338	552.505	397.338
		557.339	402.147	557.339	402.147
Investimento	9	-	-	13	3
Imobilizado	10.a	67.989	31.239	67.989	31.239
Intangível	10.b	943	944	943	944
		626.271	434.329	626.284	434.333
Total do Ativo		1.083.714	644.669	1.083.714	644.669

		Consolidado		Controladora	
Passivo	Nota	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Circulante					
Fornecedores	11	149.065	56.992	149.065	56.992
Financiamentos	12	16.555	7.066	16.555	7.066
Obrigações fiscais, salários e encargos sociais	13	68.835	40.894	68.835	40.894
Outras contas a pagar	14	148	1.967	148	1.967
		234.603	106.919	234.603	106.919
Não circulante					
Financiamentos	12	34.345	21.689	34.345	21.689
Obrigações fiscais	13	3.294	-	3.294	-
Outras contas a pagar	14	4.262	2.216	4.262	2.216
Contingências	15.a	249	13	249	13
Receitas diferidas	17.a	429.725	252.765	429.725	252.765
		471.875	276.683	471.875	276.683
Patrimônio líquido	16				
Capital social		344.596	344.596	344.596	344.596
Ajustes de avaliação patrimonial		1	2	1	2
Reserva de Lucro		32.639	-	32.639	-
Prejuízos acumulados		-	(83.531)	-	(83.531)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		377.236	261.067	377.236	261.067
		1.083.714	644.669	1.083.714	644.669

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros		Lucros	Resultado	
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	(prejuízos) acumulados	abrangente	Total
Saldos em 31 de dezembrode 2021	344.596	-	-	(83.779)	2	260.820
Lucro líquido do exercício	-	-	-	247	-	247
Saldos em 31 de dezembrode 2022	344.596	-	-	(83.531)	2	261.067
Lucro líquido do exercício	-	-	-	116.170	-	116.170
Ajuste de conversão de investimento no exterior	-	-	-	-	(1)	(1)
Destinação do Lucro:						
Reserva Legal	-	1.632	-	(1.632)	-	-
Apropriação à reserva de retenção de lucros	-	-	31.007	(31.007)	-	-
Saldos em 31 de dezembrode 2023	344.596	1.632	31.007	-	1	377.236

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receita operacional líquida	17	1.319.501	1.001.009	1.319.501	1.001.009
Custos operacionais	18.a	(1.088.043)	(955.319)	(1.088.043)	(955.319)
Lucro bruto		231.458	45.690	231.458	45.690
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas e gerais	18.b	(69.264)	(49.576)	(69.264)	(49.576)
Depreciação		(2.151)	(929)	(2.151)	(929)
Despesas tributárias		(237)	(63)	(237)	(63)
Outros resultados operacionais, líquidos	19	924	954	924	954
		(70.728)	(49.614)	(70.728)	(49.614)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		12.056	11.027	12.056	11.027
Despesas financeiras		(20.863)	(6.600)	(20.863)	(6.600)
Resultado financeiro líquido	20	(8.807)	4.427	(8.807)	4.427
Lucro antes dos impostos		151.923	503	151.923	503
Imposto de Renda	21	(25.936)	(181)	(25.936)	(181)
Contribuição Social	21	(9.817)	(75)	(9.817)	(75)
		(35.753)	(256)	(35.753)	(256)
Lucro líquido do exercício		116.170	247	116.170	247
Lucro do exercício por ação	16.b			0,5597	0,0012

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	116.170	247	116.170	247
Outros Resultados Abrangentes:				
Ajuste de conversão de investimento no exterior	(1)	-	(1)	-
Resultado abrangente total	116.169	247	116.169	247

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

		Consolidado		Controladora	
Fluxos de caixa das atividades operacionais:	Nota	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido exercício		116.170	247	116.170	247
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10.c	5.287	3.049	5.287	3.049
Baixa porvalor residual - ativo imobilizado	10.c	1.448	68	1.448	68
Outros resultados		-	1	-	1
Variação ativa		(406)	-	(406)	-
Constituição de imposto de renda e contribuição social		35.754	-	35.754	-
Constituição com provisões		237	13	237	13
Encargos financeiros		7.043	-	7.043	-
Lucro do exercício ajustado		165.533	3.378	165.533	3.378
Variações nos ativos e passivos					
Aumento nas contas a receber		(120.469)	(27.914)	(120.469)	(27.914)
Diminuição (aumento) nos impostos a recuperar		15.846	(3.296)	15.846	(3.296)
Aumento em outras contas a receber		(13.543)	(4.649)	(13.543)	(4.649)
Diminuição (aumento) nas partes relacionadas		(155.167)	99.879	(155.167)	99.879
Aumento nos fornecedores		92.073	14.960	92.073	14.960
Aumento (diminuição) nas obrigações fiscais, salários e encargos sociais		(19.177)	27.047	(19.177)	27.047
Aumento nas outras contas a pagar		177.186	3.045	177.186	3.045
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais		142.282	112.450	142.282	112.450
Fluxos de caixa das atividades de investimento:					
Aquisição de ativo imobilizado		(43.485)	(25.509)	(43.485)	(25.507)
Aquisição do investimento		-	-	(10)	-
Recursos líquidos (usado) nas atividades de investimento		(43.485)	(25.509)	(43.495)	(25.507)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:					
Contratação de empréstimos		15.101	21.452	15.101	21.452
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamentos		15.101	21.452	15.101	21.452
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		113.898	108.393	113.888	108.394
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa:					
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa		153.805	45.412	153.802	45.408
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa		267.703	153.805	267.690	153.802
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		113.898	108.393	113.888	108.394

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional: 1.1. Objeto social: A EGTC Infra S.A. (*antiga ENGETEC Construções e Montagens S.A.*) ("Companhia"), teve sua denominação social alterada pela Ata Geral Extraordinária em 24 de abril de 2023. É uma sociedade de capital fechado, tendo sido criada em 16 de maio de 2000 e tem como objetivo das seguintes atividades: a) construção industrial e civil, e montagens industriais e civil, de obras públicas ou da iniciativa privadas, a compra, venda, importação e exportação de materiais, peças e equipamentos, ligados a essas atividades; b) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos; e c) participação em outras sociedades e consórcios, no Brasil e no exterior, quando ligadas às atividades de seu objeto social. **1.2. Operações da Companhia:** Em seus projetos, a EGTC Infra deu continuidade a execução do contrato celebrado com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, que compreende a elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Engenharia e Execução das Obras de Implantação do Sistema Viário do Novo Complexo Metrô Rodoviário de Salvador/BA, inclusive da interseção da BA 528 x BR 324, no Município de Salvador – Bahia, atualmente este empreendimento encontra-se com um avanço acumulado de 93%. Seguindo no Município de Salvador – Bahia, tiveram continuidade as obras de implantação do BRT Salvador, trechos 2 e 3, estes totalizando um avanço acumulado de 91% ao todo, que são referentes aos contratos celebrados com a Superintendência de Obras Públicas do Salvador – SUCOP com interveniência da Secretaria Municipal de Mobilidade – SEMOB. Cabe esclarecer que o contrato referente à implantação do Trecho 2 foi firmado com o Consórcio Engetec-PCE, constituído pelas empresas EGTC Infra (líder) e PCE Projetos e Consultorias de Engenharia Ltda. Salienta-se que o BRT Salvador Trecho 3 está em operação, com parte das estações já 100% concluídas em 2022 e o restante está em fase final de conclusão, com previsão de entrega no 1º semestre de 2024. Adentrando ao estado do Rio de Janeiro, o empreendimento no trecho conhecido como Serra da Araras, localizado entre os municípios de Piraí e Paracambi, na Rodovia Presidente Dutra BR-116, que permite a conexão do Sul com o Nordeste do Brasil, a EGTC Infra possui o contrato celebrado com a Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A. - CCR. Esta obra contará com novas pistas ascendentes sentido sul e descendentes sentido norte, compreendidas entre os km 218 e 226, com aproximadamente 8 km de extensão e quatro faixas de tráfego mais acostamento por sentido. Destaca-se que este empreendimento avançou da fase de pré-construção (ao qual a EGTC Infra é responsável pelo acompanhamento do desenvolvimento dos projetos executivos, apresentando propostas de melhorias do ponto de vista construtivo e de redução de custos, agregando valor e qualidade aos projetos e obras, observadas as premissas base) para a fase de mobilização, sendo a previsão de início da execução das obras do referido contrato para o 1º trimestre de 2024. Adentrando ao estado de São Paulo, a execução dos Contornos Rodoviário de Caraguatatuba e São Sebastião também tiveram continuidade ao longo de 2023 – obras de grande impacto para o complemento fundamental e fluidez do complexo rodoviário, sob administração da Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A., no litoral norte do estado, possui um avanço acumulado de aproximadamente 88%. Dando continuidade a parceria feita junto a Concessionária Tamoios S.A., no estado de São Paulo, o contrato que possui escopo de fornecimento e implantação do sistema de automação (sistemas eletromecânicos) dos Contornos de Caraguatatuba e São Sebastião, está com avanço físico acumulado de aproximadamente 59%, e o de execução de projetos executivos e obras constantes dos passivos, referente às obras do Planalto – Fase 01, tendo seu avanço físico acumulado em aproximadamente 61%, ambos localizados no litoral norte do estado. Seguindo no estado de São Paulo, a Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. celebrou o contrato com a EGTC Infra para a prestação de serviços de estudo de engenharia necessário para viabilizar a execução obra de readequação da Estação Santo Amaro linhas 5-lilás e 9-esmeralda, em operação no Município de São Paulo - SP. A etapa de pré-construção já foi concluída e o empreendimento encontra-se na fase de construção, tendo um avanço físico acumulado de aproximadamente 44%. No estado do Pará, especificadamente na cidade de Marabá, o Consórcio Ponte Rio Tocantins – CPRT, firmado entre EGTC Infra e Construtora Barbosa Mello S.A., celebrou o contrato com a VALE S.A. cujo objeto é a construção de uma Ponte Ferroviária e uma Ponte Rodoviária sobre o Rio Tocantins, contemplando todas as obras civis e todos demais serviços necessários à execução do escopo, tendo as obras já iniciadas e com um avanço físico acumulado aproximadamente em 18%. É fundamental destacar que a atuação em empreendimentos de grande porte no mercado de infraestrutura nas regiões Nordeste, Norte e Sudeste, beneficiará a segurança e o tráfego atual, favorecendo a mobilidade urbana e das rodovias mais movimentadas do país, trazendo economia de tempo de viagem, reduções no consumo de combustível, na emissão de gases e no número de acidentes, entre outros impactos relevantes para a sociedade.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: 2.1. Base de preparação: a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRSs") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas para divulgação pela Administração em 15 de abril de 2024. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis, e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (d). **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("Moeda Funcional"). A Moeda Funcional e de apresentação da Companhia e de sua controlada é o real. ***Transações e saldos em moedas estrangeira:*** As operações/transações financeiras e saldos em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado. ***Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior:*** Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício e os saldos das mutações do patrimônio líquido pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração da Companhia e de sua controlada se baseiam em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A Companhia e sua controlada revisam suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023. **2.2. Demonstrações contábeis individuais:** As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Nas demonstrações contábeis individuais, a empresa controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.3. Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 abrangem as da controladora EGTC Infra S.A. e as empresas controladas nas quais mantém participação conforme detalhamento apresentado na nota explicativa nº 9. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações: No processo de consolidação, foram feitas as seguintes eliminações: (i) dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; (ii) das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; (iii) dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (iv) destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido. **2.4. Pronunciamentos normas e interpretações contábeis que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estavam em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): • Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto; • Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante; • Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com *Covenants*; • Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 Acordos de Financiamento de Fornecedores; e • Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*". A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. Reforma Tributária no Brasil: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC. A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

3 - Políticas Contábeis Materiais e outras informações elucidativas: As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **a) Apuração do resultado:** É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **b) Instrumentos financeiros: *(i) Ativos financeiros não derivativos:*** A Companhia e sua controlada reconhecem os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia e de sua controlada incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia e sua controlada possuem classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. ***Empréstimos e recebíveis:*** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. ***Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:*** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. ***(ii) Passivos financeiros não derivativos:*** A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada classificam os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos:*** A Companhia e sua controlada não operam com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e sua controlada não efetuam operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **c) Contas a receber:** Apresentadas ao valor contábil, não sendo aplicável o ajuste a valor presente. A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constituiu provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos empréstimos a receber. As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A Companhia e sua controlada adotam como prática a provisão integral de contratos encerrados e não recebidos, e para as demais contas a receber com entidades públicos e privados não encerrados não constitui provisão para perda esperadas. **d) Investimentos:** Investimentos em controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis da empresa investida. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis da controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Controladas são aquelas que de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante). Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. **e) Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis. **f) Intangível:** É representado por gastos com aquisição de *softwares*. As taxas de amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia e sua controlada esperam geração de benefícios econômicos. **g) Redução ao valor recuperável de não financeiros (*impairment*):** Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A cada encerramento do exercício, a Companhia e a sua controlada revisam os saldos dos ativos investimento e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. **h) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de lucro real. A base de cálculo compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. **i) Provisões: (i) Geral:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **(ii) Contingências:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia e sua controlada tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia e de sua controlada, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas. **j) Reconhecimento de receita:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de

EGTC INFRA S.A.

COMPANHIA FECHADA CNPJ Nº 03.852.459/0001-01



solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **k) Resultado básico por ação:** A Companhia e sua controlada efetuam os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) – Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos com efeitos diluitivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação. **l) Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Fundo Fixo	95	78	95	78
Depósitos bancários à vista	4.044	10.866	4.031	10.863
Títulos de Capitalização	-	33	-	33
Aplicações financeiras – renda fixa *(i)*	263.564	142.828	263.564	142.828
	267.703	153.805	267.690	153.802

(i) As aplicações financeiras estão representadas basicamente por títulos de renda fixa (CDBs). Estas aplicações estão mantidas em instituições financeiras, e apresentaram em média rentabilidade de 100% do CDI em 31/12/2023 e 101% em 2022.

5 - Contas a receber de Clientes

	Consolidado		Controladora	
Por origem	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Obras infraestrutura	168.446	48.900	168.446	48.900
Outras	987	63	987	63
Total	169.433	48.963	169.433	48.963

	Consolidado		Controladora	
Por vencimento	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
A vencer em 30 dias	168.446	48.900	168.446	48.900
Vencido há mais de 180 dias	987	63	987	63
Total	169.433	48.963	169.433	48.963

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito.

6 - Impostos a Recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
IRPJ ano anterior	-	18	-	18
CS retido na fonte	-	1	-	1
INSS a compensar *(i)*	3.054	-	3.054	-
PIS/COFINS a recuperar	45	-	45	-
IRRF a compensar	-	3.862	-	3.862
	3.099	3.881	3.099	3.881

(i) Refere-se basicamente a retenção de encargos de contribuição previdenciária sobre faturamento da Companhia.

7 - Outras Contas a Receber

	Consolidado		Controladora	
Circulante	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamento a fornecedores *(i)*	14.530	2.743	14.530	2.743
Adiantamento a funcionários	626	603	626	603
Cauções	219	215	219	215
Despesas antecipadas	1.833	130	1.833	130
	17.208	3.691	17.208	3.691
Não circulante				
Despesas antecipadas	-	65	-	65
Participação em consórcios *(ii)*	3.954	4.443	3.954	4.443
	3.954	4.508	3.954	4.508

(i) Refere-se basicamente a adiantamentos de simples faturamento para entrega futura, na aquisição de material para uso e consumo nas obras; e (ii) Refere-se a desequilíbrio financeiro nos aportes das consorciadas no consórcio afetando o conta-corrente entre as consorciadas.

8 - Partes Relacionadas: a) Mútuos com partes relacionadas: Os mútuos com empresas ligadas não têm prazo definido e nem remuneração prevista. Os saldos oriundos de mútuos e transações com empresas ligadas são:

	Consolidado/Controladora			
	31.12.2023		31.12.2022	
Não circulante	Receber	Pagar	Receber	Pagar
QGSEE Participações Ltda.	-	(40)	-	(40)
Queiroz Galvão S.A.	342.734	-	187.567	-
Queiroz Galvão Naval S.A.	209.811	-	209.811	-
	552.545	(40)	397.378	(40)

	Não circulante	
	31.12.2023	31.12.2022
A receber	552.545	397.378
A pagar	(40)	(40)
Total Líquido	552.505	397.338

b) Operações com partes relacionadas: No exercício de 2023, a Companhia realizou as seguintes operações com partes relacionadas:

	Receitas serviço	Custos	Contas a receber
Álya Construtora **(i)**	-	43.634	-
Locav Locadora **(ii)**	-	54.377	-
Lequip Locadora **(ii)**	-	21.217	-
Concessionária Rodovia dos Tamoios **(iii)**	709.167	-	84.880
Total	709.167	119.228	84.880

(i) Operações de locação de equipamentos e veículos entre a Álya e a Companhia, para suprir a necessidade junto aos contratos; (ii) Operações de locação de equipamentos e veículos entre a Locav/Lequip e a Companhia, para suprir a necessidade junto aos contratos; e (iii) Receitas de contratos da obra com a Concessionária Rodovia dos Tamoios, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 17.

9 - Investimentos: Movimentação do investimento

			Movimentação em 2023			
Controladas	% Participação	Saldo em 31.12.2022	Aquisição	Equivalência patrimonial	Resultado Abrangente	Saldo em 31.12.2023
EGTC Operações S.A.	100%	-	10	-	-	10
Sucursal Honduras	100%	3	-	-	-	3
		3	10	-	-	13

a) A Engetec Construções e Montagens S.A. – Sucursal Honduras tem como objetivo social, no exterior, cujo objetivo social envolva: (a) a engenharia em geral; (b) a exploração da indústria de construção civil, inclusive de ordens públicas; (c) a incorporação, compra e venda de bens imóveis, não sendo exercida a intermediação imobiliária; (d) a importação, exportação, compra e venda de materiais, peças e equipamentos ligados a obras de construção; (e) a prestação de serviços à indústria petrolífera; (f) a realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza do ramo de engenharia consultiva ou de projetos, gerenciamentos e administração nas áreas de óleo e gás; (g) a execução de obras de barragens, adutoras, estradas vicinais, poços e eletrificação em áreas urbanas e rurais; e (h) a realização de serviços de montagem industrial em geral e atividades correlatas. Atualmente a controlada não possui atividades operacionais e não mantém nenhum contrato/obra em andamento. **b) A EGTC Operações S.A.** tem por objeto social a prática das seguintes atividades: (a) a realização dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação de rodovias, ferrovias e/ou aeroportos, inclusive a prestação de serviços de socorro médico; serviços de guincho e reboque de veículos, a implantação, operação e manutenção de sistemas de gestão e serviços gerais de conserva; (b) realização de estudos e projetos de engenharia e prestação de serviços de qualquer natureza no ramo de engenharia consultiva ou de projetos; (c) participação em procedimentos concorrenciais, licitações e certames visando à execução dos serviços previstos em seu objeto social; (d) prestação de serviços e realização de atividades pertinentes e correlatas às do objeto social da Companhia; (e) participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, quando ligadas às atividades de seu objeto social; (f) participação em consórcios de sociedades quando para desenvolver atividades relacionadas a seu objeto social; (g) execução de serviços combinados de escritório e apoio administrativo; (h) realização de obras de infraestrutura; e (i) a realização de serviços especializados para construção.

10 - Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado

Consolidado/controladora	Vida útil Estimada	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Saldo final
		Custo de aquisição em 2023			
Equipamento de Campo	10	29.542	13.863	(795)	42.610
Construção Civil	5	-	157	-	157
Instalações	10	21	638	-	659
Equipamentos de oficina e outros	10	2.859	5.513	(9)	8.363
Imobilizado em curso	-	-	17	-	17
Veículos	20	1.824	23.122	(664)	24.282
Outros imobilizados	10	189	51	-	240
Total do custo de aquisição		34.435	43.361[1]	(1.468)	76.328

	Depreciação acumulada em 2023			
	Saldo inicial	Depreciação	Baixas	Saldo final
Equipamento de Campo	(2.377)	(3.286)	7	(5.656)
Construção civil	-	(1)	-	(1)
Instalações	(2)	(45)	-	(47)
Equipamentos de oficina e outros	(414)	(605)	1	(1.018)
Veículos	(376)	(1.206)	12	(1.570)
Outros imobilizados	(27)	(20)	-	(47)
Total da depreciação acumulada	(3.196)	(5.163)[2]	20	(8.339)
Total do imobilizado líquido	31.239		**1.488**[3]	67.989

b) Intangível

Consolidado/controladora	Vida útil Estimada	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Saldo final
		Custo de aquisição em 2023			
Software	10	571	125	-	696
Acervo técnico		779	-	-	779
Total do custo		1.350	**125**[1]	-	1.475

	Amortização acumulada em 2023			
	Saldo inicial	Amortização	Baixas	Saldo final
Software	(111)	(124)	-	(237)
Acervo técnico	(295)	-	-	(295)
Total da amortização	(406)	**(124)**[2]	-	(532)
Total do intangível líquido	944		-[3]	943

Consolidado/controladora	Vida útil Estimada	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Saldo final
		Custo de aquisição em 2022			
Equipamento de Campo	10	6.408	23.134	-	29.542
Instalações	10	-	21	-	21
Equipamentos de oficina e outros	10	1.189	1.752	(82)	2.859
Veículos	20	1.575	294	(45)	1.824
Outros imobilizados	10	153	49	(13)	189
Total do custo de aquisição		9.325	22.250[1]	(140)	34.435

	Depreciação acumulada em 2022			
Consolidado/controladora	Saldo inicial	Depreciação	Baixas	Saldo final
Equipamento de Campo	(128)	(2.249)	-	(2.377)
Instalações	-	(2)	-	(2)
Equipamentos de oficina e outros	(134)	(281)	1	(414)
Veículos	(23)	(421)	68	(376)
Outros imobilizados	(14)	(16)	3	(27)
Total da depreciação acumulada	(299)	(2.969)[2]	72	(3.196)
Total do imobilizado líquido	9.026		(68)[3]	31.239

Consolidado/controladora	Vida útil Estimada	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Saldo final
		Custo de aquisição em 2022			
Software	10	312	259	-	571
Acervo técnico		779	-	-	779
Total do custo		1.091	259[1]	-	1.350

	Amortização acumulada em 2022			
	Saldo inicial	Amortização	Baixas	Saldo final
Software	(31)	(80)	-	(111)
Acervo técnico	(295)	-	-	(295)
Total da amortização	(326)	(80)[2]	-	(406)
Total do intangível líquido	765		-[3]	944

c) Movimentação do Ativo imobilizado e intangível em 2023

	[1] Aquisições	[2] Depreciação/Amortização	[3] Baixas
Imobilizado	43.361	(5.163)	(1.488)
Intangível	125	(124)	-
Totais	43.486	(5.287)	(1.488)

Movimentação do Ativo imobilizado e intangível em 2022

	[1] Aquisições	[2] Depreciação/Amortização	[3] Baixas
Imobilizado	22.250	(2.969)	(68)
Intangível	259	(80)	-
Totais	22.509	(3.049)	(68)

11 - Fornecedores

	Consolidado/Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedor no Brasil *(i)*	149.065	56.992
	149.065	56.992

(i) Representado basicamente por insumos e serviços utilizados nas operações da Companhia.

12 - Financiamentos: a) Composição em 31 de dezembro de 2023, por instituição financeira:

			Consolidado/Controladora	
Instituição Financeira	**Modalidade**	**Encargos**	**Circulante**	**Não circulante**
Caterpillar financial	C.D.C.	10,80% a 18,10% a.a.	9.919	18.885
Banco John Deere	C.D.C.	19,50% a.a.	346	602
Banco Mercedes-Benz	C.D.C.	15,66% a.a.	834	1.583
Banco Guanabara	C.D.C.	6,42%	330	537
Banco Guanabara	C.C.B.	7,78%	5.126	12.738
			16.555	34.345

b) Composição em 31 de dezembro de 2022, por instituição financeira

			Consolidado/Controladora	
Instituição Financeira	**Modalidade**	**Encargos**	**Circulante**	**Não circulante**
Banco Mercedes-Benz	C.D.C.	15,66% a.a.	344	988
Caterpillar financial	C.D.C.	10,80% a 18,10% a.a.	6.722	20.701
			7.066	21.689

c) Composição em 31 de dezembro de 2023, por vencimento:

Vencimento	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Curto Prazo	16.555	7.066
	16.555	**7.066**
Longo Prazo		
2025	6.689	8.225
2026	6.690	9.131
2027	5.775	3.763
2028	5.477	570
2029	9.714	-
	34.345	**21.689**

(i) Os financiamentos da modalidade CDC possuem taxas de juros prefixadas entre 10,8% e 19,50% a.a. e prazo médio de pagamento 60 meses com vencimentos das últimas parcelas entre 2027 e 2029; e (ii) Os financiamentos da modalidade C.C.B possuem taxa de juros de CDI + 7,78% a.a. e prazo médio de 36 meses.

13 - Obrigações fiscais, salário e encargos

	Consolidado				Controladora			
	31.12.2023		31.12.2022		31.12.2023		31.12.2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Obrig. fiscais s/faturamento **(i)**	4.914	-	3.003	-	4.914	-	3.003	-
Retenções impostos terceiros **(ii)**	5.186	-	3.365	-	5.186	-	3.365	-
Obrig. fiscais s/ rec. financeiras	96	-	36	-	96	-	36	-
Obrigações sobre lucro **(iii)**	14.659	-	-	-	14.659	-	-	-
Obrigações fiscais diferidas **(iv)**	-	3.294	-	-	-	3.294	-	-
	24.855	3.294	6.404	-	19.307	3.294	6.404	-
Salários e encargos sociais	19.307	-	12.924	-	19.307	-	12.924	-
Provisões trabalhistas	24.673	-	21.566	-	24.673	-	21.566	-
	43.980	-	34.490	-	43.980	-	34.490	-
	68.835	3.294	40.894	-	68.835	3.294	40.894	-

(i) Refere-se basicamente aos tributos federais, estaduais e municipais sobre a receita bruta; (ii) Refere- se basicamente aos tributos retidos sobre prestação de serviço de terceiros; (iii) Refere-se a imposto de renda e contribuição social provisionados a pagar, e tem como base de cálculo o Lucro Real anual apurado no exercício, já deduzidos dos impostos retidos e recolhidos antecipadamente, conforme legislação tributária; e (iv) Refere-se basicamente aos tributos PIS, COFINS e ISS, incidentes sobre a receita bruta, onde serão diferidos para o momento dos recebimentos das faturas (regime de caixa). Estes tributos têm origem na prestação de serviços a órgãos da administração pública.

14 - Outras contas a pagar

	Consolidado				Controladora			
	31.12.2023		31.12.2022		31.12.2023		31.12.2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamento cliente	-	-	1.892	-	-	-	1.892	-
Credores diversos	-	-	68	-	-	-	68	-
Outras obrigações	148	-	7	-	147	-	7	-
Retenções contratuais **(i)**	-	4.262	-	2.216	-	4.262	-	2.216
	148	4.262	1.967	2.216	148	4.262	1.967	2.216

(i) Valores retidos de faturamento de terceiros, pela prestação de serviços com mão de obra, visando resguardar o caixa da Companhia de possíveis litígios trabalhistas.

15 - Contingência: O prazo estimado para liquidação das provisões para contingências foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A Cia. está envolvida em processos para riscos trabalhistas considerados como prováveis de perda. Os processos trabalhistas, basicamente envolvendo ex-empregados ou empresas prestadoras de serviços, estão relacionados principalmente com pedidos de horas extras, intervalo intrajornada e insalubridade, bem como seus reflexos e respectivos encargos e, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. **a) A Companhia está envolvida em processos considerados como prováveis de perda, devidamente contingenciados, assim demonstrados:**

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhista provável	249	13	249	13
	249	13	249	13

A Companhia e suas controladas são partes em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, por entenderem que os riscos são de perda possível. Esses processos são de naturezas cíveis e trabalhistas e em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R$ 11.866, e em 2022 R$ 1.306.

Tipo	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Cível	394	135
Tributários	-	312
Trabalhista	11.472	859
	11.866	1.306

b) Depósitos judiciais

	Consolidado		Controladora	
Tipo	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	10	10	10	10
Depósitos Judiciais - Cíveis	26	-	26	-
Depósitos Judiciais - Tributários	844	291	844	291
	880	301	880	301

16 - Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é de R$ 344.596, representado por 207.546.710 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado. • Através de contrato de compra e venda de ações e outras avenças celebrado em 25 de julho de 2022, a QGSEE Participações Ltda., detentora de 11.934.150 ações da Companhia, equivalente a 5,7501% do capital social integralizado, vende a Queiroz Galvão S.A., a totalidade de suas ações pelo preço de R$ 11.854.677,67, passando esta a ser acionista única da Companhia a partir desta data. O quadro societário encontra-se distribuído da seguinte forma:

Empresa	**Quantidade de ações**	**Percentual de participação**
Queiroz Galvão S.A.	207.546.710	100,00%
	207.546.710	**100,00%**

b) Resultado por ação	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Lucro atribuído aos acionistas controladores	116.170	247
Quantidade de ações	205.546.710	207.546.710
Lucro por ação	0,5597	0,0012

17 - Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receitas bruta				
Receita Prestação de Serviços	1.558.679	1.293.820	1.558.679	1.293.820
Receita diferida	(154.333)	(234.461)	(154.333)	(234.461)
	1.404.346	1.059.359	1.404.346	1.059.359
Impostos Incidentes - (PIS, COFINS e ISS)				
	(84.845)	(58.350)	(84.845)	(58.350)
Total da receita líquida	1.319.501	1.001.009	1.319.501	1.001.009

a) Receita diferida – Passivo não circulante			**Realização (diferimento) *(i)***	
Consolidado/Controladora	**31.12.2023**	**31.12.2022**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Contorno Caraguatatuba	66.594	252.765	186.171	(234.461)
Sistemas	363.131	-	(363.131)	-
Consórcio Ponte Rio Tocantins	-	-	22.627	-
	429.725	252.765	(154.333)	(234.461)

Receitas de contratos da obra Contorno Caraguatatuba e São Sebastião, e Sistemas, referem-se a adiantamentos efetuados pela Concessionária Tamoios S.A., e Consórcio Ponte sobre o Rio Tocantins, pela Vale S.A.

18 - Custos e despesas operacionais

	Consolidado		Controladora	
a) Custos	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Custos de Materiais	(265.847)	(309.453)	(265.847)	(309.453)
Custos de Pessoal	(310.737)	(256.340)	(310.737)	(256.340)
Custos c/Serviços Prestados	(474.831)	(193.250)	(474.831)	(193.250)
Custos c/Depreciação	(3.136)	(2.120)	(3.136)	(2.120)
Custos gerais	(33.492)	(194.156)	(33.492)	(194.156)
Total	(1.088.043)	(955.319)	(1.088.043)	(955.319)

b) Despesas Administrativas	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Despesas c/Pessoal	(41.968)	(31.936)	(41.968)	(31.936)
Despesas c/Serviços Prestados	(13.288)	(7.165)	(13.288)	(7.165)
Despesas gerais	(14.008)	(10.475)	(14.008)	(10.475)
Total	(69.264)	(49.576)	(69.264)	(49.576)

19 - Outros resultados operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Resultado baixa ativo imobilizado **(i)**	(325)	36	(325)	36
Receitas Eventuais **(ii)**	1.486	931	1.486	931
Constituição provisões	(237)	(13)	(237)	(13)
	924	954	924	954

(i) Resultado na baixa do ativo imobilizado e intangível, por venda ou perda; e (ii) Receita de venda de sucata de obras desmobilizadas.

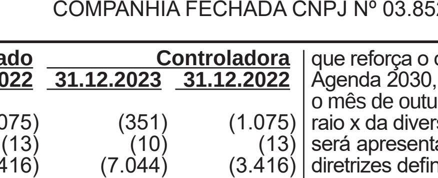
20 - Resultado financeiro, líquido

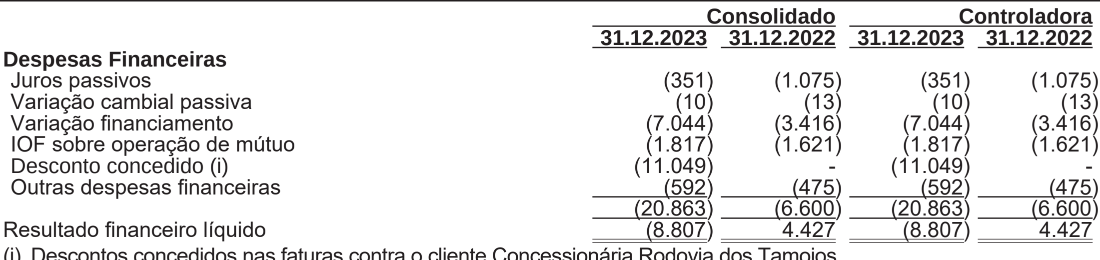
	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receitas Financeiras				
Rendimento aplicação financeira	12.140	11.559	12.140	11.559
Variação cambial ativa	410	4	410	4
Outras receitas	79	2	79	2
Deduções sobre a receita financeira	(573)	(538)	(573)	(538)
	12.056	11.027	12.056	11.027

EGTC INFRA S.A.

COMPANHIA FECHADA CNPJ Nº 03.852.459/0001-01

EGTC Engetec Infra





	Consolidado		Controladora	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Despesas Financeiras				
Juros passivos	(351)	(1.075)	(351)	(1.075)
Variação cambial passiva	(10)	(13)	(10)	(13)
Variação financiamento	(7.044)	(3.416)	(7.044)	(3.416)
IOF sobre operação de mútuo	(1.817)	(1.621)	(1.817)	(1.621)
Desconto concedido (i)	(11.049)	-	(11.049)	-
Outras despesas financeiras	(592)	(475)	(592)	(475)
	(20.863)	(6.600)	(20.863)	(6.600)
Resultado financeiro líquido	(8.807)	4.427	(8.807)	4.427

(i) Descontos concedidos nas faturas contra o cliente Concessionária Rodovia dos Tamoios.

21 - Imposto de renda e contribuição social: Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente no resultado:

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido contábil antes do IRPJ e CSLL	151.923	503
Total das adições	3.903	686
	155.826	1.189
Compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores	(46.748)	(357)
Base de cálculo do IR e CS	109.078	832
Contribuição social	(9.817)	(75)
Imposto de renda	(25.936)	(181)
Total	(35.753)	(256)

22 - Seguros: Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

	Data de vigência		Importância
Modalidade	Início	Vencimento	segurada
Seguro garantia – setor público	23.11.2023	03.04.2024	15.351
Responsabilidade civil – geral	05.07.2023	05.07.2024	15.000
Responsabilidade civil – adm. e diretores	23.11.2023	21.04.2024	20.000
Risco de engenharia	11.11.2022	31.01.2025	333.774
Seguro garantia – setor privado	17.02.2023	30.11.2025	53.166

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia e sua controlada.

23 - ASG – Ambiental, Social e Governança: A EGTC mantém o seu Sistema de Gestão Integrado em conformidade com os requisitos das normas de gestão ISO 37001:16, NBR ISO 9001:15, NBR ISO 14001:15, ISO 45001:18, (Gestão Antissuborno, Gestão da Qualidade, Gestão Ambiental e Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, respectivamente), bem como em relação à recém conquistada ISO 37.301:2021. As Auditorias Internas do Sistema de Gestão Integrado – SGI, são realizadas, em todas as suas Unidades de Negócio, conforme programação do presente exercício. A Auditoria Externa visando a recertificação das normas citadas acima e a certificação da ISO 37.301:2021 foi realizada no período final do mês de novembro e início do mês de dezembro do ano de 2023. Em busca do protagonismo em sustentabilidade, a EGTC estabeleceu parceria com o maior e mais confiável fornecedor mundial de classificações de sustentabilidade empresarial, a EcoVadis, respondendo pelo segundo ano consecutivo o seu questionário. O objetivo da metodologia EcoVadis de Avaliação da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é avaliar a qualidade do sistema de gestão de RSE de uma empresa. A avaliação concentra-se em questões, agrupadas em quatro temas: meio ambiente, práticas trabalhistas e direitos humanos, ética e compras sustentáveis. A EGTC alcançou nota acima da média em comparação com empresas do mesmo ramo de atividade, demonstrando seu compromisso e desempenho em sustentabilidade. Confirmando seu compromisso na agenda ASG, no ano de 2023 a EGTC publicou o primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), conquistando o Selo Prata do GHG Protocol, pela versão completa do documento, abrangendo todas as fontes de emissões diretas da Companhia. A inclusão do inventário no Registro Público do programa GHG é uma ação voluntária, que reforça o compromisso com a jornada de sustentabilidade e aos objetivos de desenvolvimento sustentável, previstos na Agenda 2030, da ONU. E, dando continuidade à atuação do grupo de Diversidade e Inclusão, o mesmo promoveu durante o mês de outubro, com o apoio do Comitê de Sustentabilidade e da Alta Administração, o primeiro censo da EGTC Infra, um raio x da diversidade de colaboradores que compõe a empresa, através de análises quantitativas e qualitativas. O resultado será apresentado no exercício de 2024, bem como o planejamento das ações resultantes desse diagnóstico. Seguindo as diretrizes definidas em 2022, a jornada Inova EGTC avançou nos primeiros trimestres deste ano. Desde o começo de 2023 foram definidos a política de inovação, seu modelo de gestão, processo *high level*, além de implantado o Comitê de Inovação, com participação de áreas operacionais e corporativas. Todos os esforços miram a intensa colaboração de todas as áreas da empresa, motivando e valorizando os colaboradores e suas ideias. Realizamos *workshop* de ideação, de onde saíram cerca de 40 ideias de projetos de inovação, e 12 priorizadas. Essas 12 ideias geraram seus MVPs (*Minimum Viable Product*) e estão sendo planejados seus pilotos e implantações. Convênios com três instituições de ensino de engenharia estão sendo formalizados, o que aumentará o intercâmbio empresa-escola na busca de soluções inovadoras em metodologia construtiva e de gestão de obra. Foram realizadas palestras de sensibilização e outros passos estão programados para atingir os objetivos estratégicos em inovação projetados pela Diretoria. Durante o segundo semestre de 2023, a EGTC manteve-se ativa nas parcerias com movimentos e instituições que fomentam as boas práticas de *Compliance* e integridade, destacando o Instituto Ethos e o MISEC – Movimento pela Integridade do Setor de Engenharia e Construção. Ambos, promovem iniciativas relevantes na sensibilização das empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável e na capacitação da cadeia de valor do segmento de engenharia e construção em práticas éticas e transparentes. Apresentamos a seguir outras ações quanto a gestão, governança e integridade realizadas pela EGTC no segundo semestre de 2023: 1. Investimento constante em comunicação interna e divulgação do SGI, por meio de informativos, comunicados periódicos, realização de palestras e de Diálogos Diários de Gestão Integrada – com temas que englobam as principais Políticas de Gestão, abordados de forma simples e adequada ao público-alvo; 2. Realização e manutenção de treinamentos presenciais e virtuais através da Plataforma de Ensino à Distância da UCE – Universidade Corporativa EGTC, como a Campanha Dia a Dia com Ética e realização de eventos como: “Bate-papo com o Comitê de Ética” e “Debate Tomada de Decisão Ética”; 3. Estabelecimento do mês de junho como o mês de Sustentabilidade, com o fomento de diversos assuntos sobre o tema com os colaboradores, como, por exemplo: Reforço na Política de Sustentabilidade, parcerias sociais e os seus resultados, campanhas ambientais, compromisso com as compras sustentáveis, entre outros temas; 4. Presença constante da equipe de *Compliance* nas Unidades de Negócio, visando acompanhamento da evolução do programa, bem como apoio em processos prévios de auditorias internas e externas; 5. Participação na formação dos participantes do Programa *Trainee* 2023 da EGTC Infra, que se mostrou uma excelente oportunidade para fortalecimento da cultura de *Compliance*; 6. Início das atividades do Comitê de Ética do Consórcio Ponte Rio Tocantins, garantindo, dessa forma, a consolidação da implementação das ações de *Compliance* junto ao consórcio; 7. Divulgação, através de comunicados e cartazes dos: (i) objetivos e metas corporativos da EGTC Infra; (ii) Canal de Denúncias, orientações e o que reportar; (iii) Diferenças entre Assédio e Importunação Sexual; (iv) *Compliance* Você Faz a Diferença 2023; e (v) Oferta e Recebimentos de Brindes e Presentes, entre outros; e 8. Realização durante o mês de novembro da Pesquisa de Percepção de *Compliance*, quando todos os colaboradores são convidados a participar e responder a um formulário com questões sobre sua percepção do programa, bem como ações realizadas e sugestões. Cabe frisar que a EGTC, sempre em busca da melhoria em seus processos e o devido reconhecimento junto ao seu mercado de atuação e a seus *stakeholders*, implementou ao seu sistema a ISO 37301 Sistema de Gestão de *Compliance*, cuja auditoria externa ocorreu no período de 28 de novembro a 08 de dezembro do presente exercício. A EGTC busca o crescimento sustentável de seus negócios, com o princípio de respeito à vida, atendendo às exigências e recomendações dos organismos competentes e às expectativas das partes interessadas, com seus valores sempre presentes: trabalho, lealdade, qualidade e confiabilidade. **a) Gerenciamentos de Riscos:** A Companhia e suas empresas controladas estão expostas: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

DIRETORIA: Raul Ribeiro Pereira Neto; Nathanael Robson Albuquerque da Mota; Juliano Gomes Meirelles; Michel C. Rossi. **CONTADOR:** Flávio de Castro e Souza - CRC-RJ 60.913.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **EGTC Infra S.A. -** Rio de Janeiro – RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da EGTC Infra S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EGTC Infra S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases - Transações com partes relacionadas:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e sob condições específicas descritas na referida nota explicativa. Caso tais operações tivessem sido efetuadas com terceiros, os valores de negociação poderiam ser diferentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 15 de abril de 2024. Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-025.583/F-2; Fernando Camanzano Martinez - Contador CRC 1SP-328.247/O-3.

Segunda prévia da carteira do Ibovespa B3 reúne 87 ativos

Carteira, que entrará em vigor em maio, tem 84 empresas na listagem

A segunda prévia da nova carteira do Ibovespa B3, principal indicador do desempenho das ações mais negociadas da Bolsa, que vai vigorar de 6 de maio de 2024 a 30 de agosto de 2024, conta com 87 papéis de 84 empresas brasileiras (ações ordinárias, ON, e preferenciais, PN, de uma mesma companhia também podem integrar o indicador). A prévia, com base no fechamento do pregão de 15 de abril, registrou a entrada da empresa Vivara (VIVA3), e não teve saídas.

Os cinco ativos com maior peso na composição do índice na segunda prévia são: Vale ON (13,030%), Petrobras PN (8,523%), Itaú Unibanco PN (6,947%), Petrobras ON (4,505%) e Banco do Brasil ON (3,809%).

A composição das carteiras do Ibovespa B3 e dos demais índices de ações calculados pela bolsa do Brasil é revisada a cada quatro meses, em janeiro, maio e setembro, com a possibilidade de entrada e saída de empresas de acordo com a metodologia de cada índice.

Além da carteira oficial, a B3 divulga três prévias das carteiras, antes da divulgação da carteira definitiva, para que investidores e gestores de fundos, por exemplo, tenham previsibilidade quanto à necessidade de fazer ajustes no peso de cada papel em suas alocações: 1ª prévia: no primeiro pregão do último mês de vigência da carteira (01/04/2024); 2ª prévia: no pregão seguinte ao dia 15 do último mês de vigência da carteira (16/04/2024); 3ª prévia: no penúltimo pregão do último mês de vigência da carteira (02/05/2024); e carteira definitiva: na primeira segunda-feira do mês inicial de vigência, ou no dia útil imediatamente posterior no caso de nesse dia não haver negociação (06/05/2024).

Ibovespa B3

O Ibovespa B3 reúne os ativos com maior volume negociado no pregão da bolsa do Brasil e serve de referência para investimentos como os ETFs (Exchange Traded Fund), fundos de investimentos listados em bolsa que replicam o desempenho de um índice de referência, além dos futuros de Ibovespa e as opções sobre Ibovespa.

A porta de entrada, que vai definir se um papel será incluído ou não no índice, é a liquidez, ou seja, a capacidade que essa ação tem de ser comprada ou vendida rapidamente pelos investidores.

Com os índices, os investidores conseguem acompanhar o desempenho de carteiras formadas por ações de diferentes segmentos da economia, além de poderem diversificar seus investimentos por meio de produtos financeiros referenciados a esses índices. + Saiba mais sobre a Metodologia do Ibovespa B3

A B3 também divulga nesta terça-feira a segunda prévia dos demais índices de ações calculados pela bolsa do Brasil. Hoje, são mais de 26 índices divididos em índices amplos, de governança, por setores da economia e ESG.

Além dos índices amplos como o IBrX 100 B3 e o IBrX 50 B3, há índices setoriais, como o IFIX B3, que acompanha o desempenho médio das cotações dos fundos imobiliários negociados na bolsa; o IAGRO B3, ligado ao agronegócio; além dos índices ESG, como o ISE B3, que reúne as empresas com as melhores práticas de sustentabilidade, o IGPTW B3, que reúne as melhores empresas para trabalhar e o ICO2, que oferece aos investidores um indicador com empresas que medem suas emissões de gases de efeito estufa.

Problemas ambientais impedem funcionamento de mina da Vale

O Tribunal de Justiça do Pará suspendeu a liminar que autorizava o funcionamento da Mina de Sossego, localizada no município de Canaã dos Carajás no sudeste do Pará, da mineradora Vale. Há dois meses, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Pará (Semas) havia suspendido a licença de operação (LO) da mina, alegando descumprimento de condicionantes ambientais.

“Após a decisão da Semas, a Vale ajuizou Tutela Provisória de Urgência, tendo o juízo de primeira instância de Canaã dos Carajás, em 24 de fevereiro de 2024, restabelecido a vigência e validade da LO”, disse em nota o Vice-Presidente Executivo de Finanças e Relações com Investidores da Vale, Gustavo Duarte Pimenta.

Em 1º de março, o Estado interpôs recurso de agravo de instrumento para o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, obtendo decisão que restabelece a suspensão da LO da mina do Sossego.

“A empresa ainda não foi notificada formalmente da decisão, mas disse que adotará as medidas judiciais cabíveis visando reverter esta decisão e restabelecer o pleno funcionamento de suas operações, confiando na justiça brasileira e no cumprimento de suas obrigações”, destacou a nota emitida pela mineradora.

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) relata que apesar do nome Sossego, a barragem da Vale vem tirando a tranquilidade de quem mora na região. Segundo moradores, após a implantação do projeto minerário as casas da região vêm apresentando rachaduras em sua estrutura.

Outro impacto é causado por explosões realizadas pela Vale para retirada do minério de cobre: as detonações provocam uma densa camada de poeira, que fica sobre as plantações o que dificulta a vida dos agricultores da região.

A comunidade relata que com as explosões um mau cheiro toma conta da região e afeta a qualidade da água. Já os pescadores comentam que vem sofrendo constante humilhações por funcionários da mineradora Vale e que por vezes são impedidos por seguranças fortemente armados de pescar próximos ao rio.

ORIGEM®

Origem Energia Alagoas S.A.

CNPJ.: 34.186.669/0001-31

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, está disponível no seguinte endereço eletrônico: https://monitormercantil.com.br/ **https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes**

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	191.979	232.949
Contas a receber	168.477	176.737
Estoques	112.044	77.777
Tributos a recuperar	77.327	93.124
Outros ativos circulantes	30.421	14.008
	580.248	**594.595**
Ativo não circulante		
Tributos diferidos	24.576	16.410
Outros ativos não circulantes	38.542	6.940
Imobilizado	2.228.891	1.614.666
Intangível	224.474	226.635
Direito de uso	51.083	61.701
	2.567.566	**1.926.352**
Total do ativo	**3.147.814**	**2.520.947**
Passivo Circulante	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Contas a receber	353.317	242.912
Obrigações trabalhistas	32.779	25.194
Tributos a recolher	30.727	90.932
Empréstimos e financiamentos	279.492	148.416
Outros passivos circulantes	2.507	–
	698.822	**507.454**
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	610.024	681.796
Tributos diferidos	64.448	28.064
Outros passivos não circulantes	60.624	40.111
	735.096	**749.971**
Patrimônio líquido		
Capital social	1.147.424	996.444
Reservas de lucros	566.472	267.078
	1.713.896	**1.263.522**
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.147.814**	**2.520.947**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	1.578.153	1.127.342
Custo dos produtos vendidos	(971.082)	(540.781)
Lucro bruto	**607.071**	**586.561**
Despesas gerais e administrativas	(129.105)	(106.622)
Outras receitas e despesas	1.127	3.237
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	**479.093**	**483.176**
Resultado financeiro	(48.201)	(67.854)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**430.892**	**415.322**
Imposto de renda e contribuição social	(38.245)	(76.353)
Lucro líquido do exercício	**392.647**	**338.969**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	392.647	338.969
Total dos resultados abrangentes do exercício	**392.647**	**338.969**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas	1.872.007	1.277.526
Insumos adquiridos de terceiros	(831.903)	(425.778)
Valor adicionado bruto	**1.040.104**	**851.748**
Depreciação, amortização e exaustão	(81.326)	(57.588)
Valor adicionado líquido produzido	**958.778**	**794.160**
Valor adicionado recebido em transferência	220.353	101.737
Valor adicionado total a distribuir	**1.179.131**	**895.897**
Distribuição do valor adicionado	**1.179.131**	**895.897**
Pessoal	129.373	96.098
Impostos, taxas e contribuições	389.336	294.477
Remuneração de capitais de terceiros	267.775	166.353
Remuneração de capitais próprios	392.647	338.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	352.188	407.133
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(575.898)	(1.486.371)
Caixa gerado nas atividades de financiamento	182.740	1.312.027
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(40.970)**	**232.789**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	232.949	160
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	191.979	232.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para investimentos	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2021	**303.132**	**–**	**–**	**–**	**7.915**	**(5.223)**	**305.824**
Aumento de capital	1.383.725	–	–	–	(7.915)	–	1.375.810
Redução de capital	(690.413)	–	–	–	–	–	(690.413)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	338.969	338.969
Constituição da reserva de lucros	–	16.948	50.126	200.004	–	(267.078)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	(46.115)	(46.115)
Juros sobre o capital próprio atribuídos ao mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	(20.553)	(20.553)
31 de dezembro de 2022	**996.444**	**16.948**	**50.126**	**200.004**	**–**	**–**	**1.263.522**
Aumento de capital (Nota 19.1)	150.980	–	–	–	–	–	150.980
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	392.647	392.647
Constituição da reserva de lucros	–	19.633	73.855	205.906	–	(299.394)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	(33.253)	(33.253)
Juros sobre o capital próprio atribuídos ao mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	(60.000)	(60.000)
31 de dezembro de 2023	**1.147.424**	**36.581**	**123.981**	**405.910**	**–**	**–**	**1.713.896**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras para os exercícios findos 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais). **1. Contexto operacional:** A Origem Energia Alagoas S.A. ("Origem Alagoas" ou "Companhia"), denominada anteriormente como Petromais Global Exploração e Produção S.A., tem o objetivo de atuar na área de exploração, extração, reabilitação, produção e comercialização de petróleo e gás natural e processamento de gás natural. Em 10 de setembro de 2019, em Consórcio firmado com a parte relacionada Eagle Exploração e Produção de Óleo e Gás S/A. (denominada atualmente como Origem Energia S.A.), a Companhia participou de licitação do Primeiro Ciclo da Oferta Permanente de Áreas para concessão de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural realizado pela ANP, arrematando 4 (quatro) áreas com acumulações marginais, a saber: • Fazenda Gameleira (Setor - SREC-T4 - AM - Bacia do Recôncavo); • Mosquito (Setor - SES-T4 - AM - Bacia do Espírito Santo); • Saíra (Setor - SES-T4 - AM - Bacia do Espírito Santo); e • Tiziu (Setor - SPOT-T4 - AM - Bacia do Potiguar). Como acordado nos contratos de concessão através de Ofertas Permanentes da ANP, a Companhia, em conjunto com sua controladora, deverá executar as obrigações relativas ao Programa de Trabalho Inicial ("PTI") integralmente durante a fase de reabilitação dos campos. A seguir está a composição das garantias estabelecidas para o PTI:

	Valor do Programa de Trabalho Inicial (Em milhares de reais)	Garantia do Programa de Trabalho Inicial (Em milhares de reais)
Garça Branca	700	210
Tiziu	700	210
Saíra	2.100	630
Mosquito	700	210
Fazenda Gameleira	700	210
	4.900	**1.470**

A concessão para exploração dessas áreas tem duração de 15 anos. A assinatura do contrato de concessão, apresentação de garantias e pagamento foram concretizados durante o exercício de 2020. Os campos encontram-se em fase de reabilitação. Em 5 de Julho de 2021, a Origem Alagoas celebrou *Purchase and Sale Agreement* para adquirir 100% das participações detidas pela Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") nos contratos de concessão dos campos de Anambé, Arapaçu, Furado, Paru e Pilar, os quais são conjuntamente denominados "Polo Alagoas" ("SPA Polo Alagoas"), no valor de US$300.010, sendo US$60.000 (R$ 300.132) pagos na assinatura do contrato em 2021, e o restante, US$240.010 (R$ 1.263.533), pagos no fechamento da transação em 2022, conforme **Nota 3.1.** Adicionalmente, conforme estabelecido no *Purchase and Sale Agreement*, na data de fechamento da transação o Companhia adquiriu os estoques da Petrobras mantido no Polo Alagoas pelo valor de US$ 6.746 (R$ 35.625). Em 04 de fevereiro de 2022, a Origem Alagoas concluiu aquisição do referido polo no valor total de R$1.599.290 (**Nota 3.1**). Nessa mesma data encerrou-se o processo de transição e a Origem Alagoas passou a operar integralmente o Polo Alagoas. O polo opera com a extração de gás natural, GLP e petróleo. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) negativo em R$ 118.574. A Companhia possui forte geração de caixa decorrente da operação no Polo Alagoas, assim a Administração entende que o cenário de Capital Circulante Líquido negativo será revertido ainda dentro do exercício de 2024. Adicionalmente, a Companhia possuí compromisso dos seus acionistas para suportar qualquer necessidade de caixa caso necessário, para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis:** 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos saldos mensurados pelo valor justo, quando indicados. Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas nesta nota. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua emissão foi dada em 27 de março de 2024. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. 2.3. Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional de acordo com a taxa de câmbio naquela data. As diferenças encontradas são reconhecidas no resultado do exercício na linha de receita ou despesa financeira. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. 2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Aplicações financeiras são consideradas como equivalentes de caixa pela Companhia quando possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, considerando-se três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.5. Caixa restrito: São depósitos mantidos com a finalidade de garantir compromissos com superficiários não identificados, ou identificado que tenham pendências cadastrais ou de regularização, e compõem-se de aplicações em poupança com liquidez vinculada ao cumprimento de suas obrigações e risco insignificante de mudança de valor. 2.6. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes se referem aos valores recebíveis pelos produtos vendidos e serviços realizados no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém contas a receber de clientes para recebimento dos fluxos de caixa contratuais; portanto, essas contas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas de crédito estimadas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas

plificada no cálculo de perdas de crédito esperadas (PCE), permitida pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 para aplicação a entidades que não sejam instituições financeiras, com base em dados históricos obtidos pela Companhia. Nenhuma perda de crédito esperada foi reconhecida no exercício, a Administração considera que o risco de inadimplência dos seus créditos é baixo, uma vez que, a Companhia fornece insumo para clientes que não tem histórico de inadimplência. 2.7. Estoques: Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: • Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio; e • Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra, e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. 2.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e incentivos fiscais: Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. a) Incentivo fiscal - SUDENE: A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE, exclusivo para as companhias da região Nordeste. O incentivo fiscal SUDENE, provê o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. Em atendimento as leis 11.638/07 e 11.941/09 e CPC 07 - Subvenção e assistência governamentais, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei ("data de transição") é contabilizado no resultado do exercício para posterior destinação à reserva de lucros de incentivos fiscais a que se refere o art. 195A da Lei nº 6.406/76, conforme orientação da Lei nº 11.941/09. O saldo deste incentivo somente pode ser utilizado para aumento de capital social. 2.9. Imposto de renda e contribuição social diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio, quando aplicável. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas controladas individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. 2.10. Outros ativos e passivos: Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. 2.11. Imobilizado: a) Reconhecimento e mensuração: O imobilizado é registrado pelo seu custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. A depreciação é calculada com base no método das unidades produzidas (P1), para os ativos de óleo e gás, e no método linear ao longo da vida útil estimada, para os demais ativos. Os gastos com exploração, reabilitação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts method of accounting*). Os gastos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos. Os gastos incorridos na fase exploratória, associados diretamente aos poços são capitalizados como ativos de exploração até que sua perfuração esteja completa e a avaliação da descoberta finalizada. Quando as avaliações das descobertas das reservas de óleo e gás são positivas, o custo é mantido no imobilizado até a conclusão do processo de declaração de comercialidade. Se a avaliação da descoberta não é encontrada, o custo do ativo exploratório é baixado ao resultado. A Companhia reconhece como parte do ativo imobilizado, a contrapartida dos gastos estimados para remoção e recuperação ambiental do futuro abandono das áreas, registrados em sua provisão passiva de abandono **(Nota 2.16)**. Sua depreciação ocorre em conjunto com os demais ativos de óleo e gás. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados ao menos anualmente, ao final do exercício, e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. b) Depreciação: Os gastos de exploração e desenvolvimento da produção são depreciados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas (UOP - Units of Production).

do mês. Para vida útil dos demais itens do ativo imobilizado é considerada a depreciação pelo método linear, pelo prazo dos contratos de arrendamento para as benfeitorias em bens de terceiros, e conforme apresentado abaixo para os demais bens:

	Anos	Taxa anual média de depreciação (%)
Instalações	10	10%
Máquinas e equipamentos	5	20%
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	20%
Ferramentas	10	10%
Equipamentos de informática	5	20%

2.12. Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*), nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os ativos intangíveis correlatos à aquisição das concessões de exploração e produção de petróleo e gás são amortizados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no exercício e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. 2.13. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*): Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são reunidos ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo. Estes ativos são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida. 2.14. Arrendamentos: A Companhia avalia todos os contratos que podem se enquadrar nos princípios de identificação do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 e desconsidera arrendamentos de curto prazo, menores ou iguais a 12 meses, além de arrendamentos de valores não significativos, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do período ao longo do prazo do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia na data da adoção inicial. O passivo é ajustado, na competência do registro do contrato, para refletir o efeito dos juros reconhecidos com base na taxa incremental de empréstimo. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador. O ativo de direito de uso é reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial. A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do produto vendido, despesa administrativa, comercial e como outras despesas operacionais, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro. 2.15. Fornecedores: Os fornecedores estão classificados na categoria de instrumentos financeiros ao custo amortizado e estão reconhecidos pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e encargos contratuais incorridos até as datas dos balanços, cuja apropriação das despesas e receitas são reconhecidas no resultado do período. 2.16. Provisão de abandono: A Companhia tem obrigações legais de remoção de equipamentos e restauração de áreas ao final do prazo de produção das reservas com base nas estimativas de volumes de reserva e curvas de produção estimadas. As estimativas de custos de futuras remoções e recuperações ambientais são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados. Essas obrigações são reconhecidas a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto livre de risco, ajustada pela taxa de prêmio risco-país. Em função dos longos períodos até a data de abandono, variações na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que: (i) as obrigações ocorrerão no longo prazo; (ii) que os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e (iii) que as tecnologias e custos de remoção de ativos sofrem alterações constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança. A natureza dos gastos inclui mobilização e desmobilização de sondas, serviços de tamponamento e abandono, restauração, reparo do ambiente, reflorestamento e outros serviços. A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas da indústria. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas. 2.17. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. As mensurações subsequentes dos ativos e passivos financeiros são realizadas respeitando as especificações do CPC 48 – Instrumentos Financeiros **(Nota 25)**. a) Derivativos: A Companhia utiliza-se de derivativos para proteger parte de sua produção de petróleo contra sua exposição ao risco de oscilação de preços de mercado **(Nota 25)**. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação, sendo mensurados subsequentemente também ao valor justo, e são apresentados como ativos financeiros quando o ajuste a valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o ajuste a valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do exercício. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos especulativos. 2.18. Empréstimos e Debêntures: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, acrescidos do prêmio e líquidos dos custos incorridos na emissão e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros, com efeitos no resultado financeiro. 2.19. Receita líquida: Reconhecimento da receita conforme o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contrato com cliente que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas da Companhia são oriundas de vendas de óleo e gás. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável. A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou serviço prometido ao cliente. Apresentamos abaixo os principais produtos comercializados pela Companhia e responsáveis pela receita reconhecida: a) Gás natural processado: O gás natural é extraído no Polo Alagoas e é processado, direta e indiretamente, para entrega até os clientes finais por um gasoduto de uma empresa terceirizada. A Companhia reconhece a receita de venda de gás natural ao longo do tempo à medida que recebe as medições do sistema dutoviário gerido pela Transportadora Associada de Gás S.A. ("TAG") e realiza o faturamento. b) Petróleo: O petróleo é extraído no Polo Alagoas e posteriormente armazenado em terminal porto viário (TAMAC) onde é retirado pelo cliente. A Companhia reconhece a receita de venda de petróleo quando o cliente realiza a coleta no terminal, e o controle do ativo passa a ser do cliente. c) Gás liquefeito de propano (GLP): O gás liquefeito de propano é processado na UPGN do polo Alagoas e posteriormente é retirado pelo cliente nas dependências da Origem Alagoas através de empresas terceirizadas. A Origem Alagoas reconhece a receita de venda do GLP quando o cliente realiza a coleta nas instalações da Origem Alagoas, e o controle do ativo passa a ser do cliente. 2.20. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas, despesas e notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 11** – Imobilizado, principalmente as informa-

continuação

Origem Energia Alagoas S.A. | CNPJ.: 34.186.669/0001-31

e gás. • **Nota 12** - Intangível, principalmente as informações que se referem a baixas, amortização e valor recuperável dos ativos de óleo e gás. • **Nota 10** - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. • **Nota 18** - Provisão para abandono de instalações. • **Nota 25** - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro. Determinação do volume de reserva dos poços para mensuração da depleção: Para determinar a depleção, é utilizado o método de unidades produzidas (MUP), que calcula a relação entre o volume de óleo e gás produzido e o volume de reservas remanescentes. A cada ano, a empresa revisa o volume total das reservas remanescentes de petróleo e gás. No entanto, a produção das reservas provadas pode ser influenciada por vários fatores, como o progresso de projetos de desenvolvimento, o desempenho dos reservatórios, aspectos regulatórios e mudanças nos preços de petróleo e gás natural a longo prazo. 2.21. Lucro líquido por ação: O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos proprietários da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria. O cálculo do lucro diluído por ação é baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para os potenciais ações ordinárias diluídas. A Companhia avaliou a divulgação do lucro por ação e não identificou efeito dilutivo nas suas transações e operações. Nesse sentido, o lucro diluído por ação será equivalente ao lucro básico por ação. 2.22. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”): Demonstrações dos fluxos de caixa permitem que as entidades divulguem fluxo de caixa oriundo de atividades operacionais utilizando o método direto ou o método indireto, conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). A Companhia apresenta o fluxo de caixa utilizando o método indireto, método que tem sido mais utilizado pelas empresas brasileiras. A Companhia conciliou o lucro líquido com o fluxo de caixa líquido oriundo de atividades operacionais. A DFC permite que os juros pagos sejam demonstrados como atividades operacionais ou financeiras e que os juros recebidos sejam demonstrados como atividades operacionais ou de investimento, quando considerado pertinente pela entidade. A Companhia classifica os juros pagos como atividades de financiamento, uma vez que estes representam os esforços para obtenção de seus recursos financeiros. Os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos são apresentados na DFC de acordo com a natureza de sua utilização, ou seja, sua classificação pode ser demonstrada como atividades operacionais, investimentos ou financiamentos, dependendo da natureza do item protegido a que o derivativo esteja associado. 2.23. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, desta forma, as demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. 2.24. Informações por segmento: A Administração da Companhia esclarece que a extração, exploração e produção de petróleo e gás natural é o seu único segmento operacional relevante atualmente, não havendo, por tanto, informação por segmento a ser apresentado. 2.25. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas: As normas e interpretações revisadas, destacadas a seguir, válidas para o exercício de 2023, foram aplicadas pela Companhia, mas não impactaram significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Normas	Descrição
CPC 50 (IFRS 17)	Nova norma de contratos de seguro, que substitui o CPC 11 (IFRS 4).
CPC 23 (IAS 8)	Alteração com esclarecimento na distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças de políticas contábeis e correção de erros.
CPC 26 (R1) (IAS 1)	Alteração fornecendo orientação para julgamento de materialidade na divulgação das políticas contábeis.
CPC 32 (IAS 12)	Alteração nas exceções de reconhecimento inicial e temporárias em tributos diferidos.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2024:

Normas	Descrição
CPC 06 (IFRS 16)	Alteração na transação de venda e retroarrendamento.
CPC 26 (R1) (IAS 1)	Alteração na classificação de passivos como circulante ou não circulante.
CPC 03 (R2) (IAS 7) e CPC 40 (R1) (IFRS 7)	Alteração no esclarecimento de características de acordos de financiamento de fornecedores e divulgações adicionais.

29. Eventos subsequentes. Em 13 de março de 2024, a ANP aprovou a revisão do Plano de Desenvolvimento do Campo de Paru, parte do Polo Alagoas, prorrogando o prazo de concessão para 2039.

Luiz Felipe Coutinho Martins Filho - Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores**; Daniel Guimarães Pache de Faria -** Diretor Administrativo e Financeiro**; Helder Renato Lima de Castro -** Gerente de Contabilidade - CRC/RJ-128793/O-6.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Aos Acionistas e Administradores da **Origem Energia Alagoas S.A. -** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da Origem Energia Alagoas S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Reconhecimento de receita: Conforme descrito na nota explicativa 2.19 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia deriva da venda de petróleo e de gás natural. O processo de reconhecimento de receita da Companhia foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros, aos seguintes fatores: (i) ao volume expressivo de transações; (ii) à existência de diferentes naturezas de vendas de produtos; e (iii) à relevância dos valores envolvidos. Tais características obrigam a Companhia possuir controles e os manterem dentro de uma rotina que seja eficaz para identificar e mensurar a receita dentro da competência adequada. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza das principais linhas de receita da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes determinados pela Diretoria sobre o reconhecimento de receitas; (iii) testes, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; e (iv) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.19 e 23, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Combinação de negócios : Conforme divulgado na nota explicativa 3.1 às demonstrações financeiras, a Companhia concluiu em 4 de fevereiro de 2022, o processo de aquisição do Polo Alagoas. Esta transação foi contabilizada pela aplicação do método de aquisição de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (*IFRS 3 - Business Combinations*), que requer, dentre outros procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração dos resultados auferidos na combinação de negócios. Tais procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios adquiridos, que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Em razão do alto grau de julgamento relacionado e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a leitura dos documentos que formalizaram a operação e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição e a determinação do valor justo da contraprestação transferida; (ii) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas externos envolvidos na mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iii) com auxílio de nossos especialistas em modelos de valorização, analisamos as premissas e metodologia utilizadas pela Companhia, relacionadas à mensuração dos valores justos e alocações, na data da aquisição, aos ativos adquiridos e passivos assumidos; e (iv) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia em relação ao tema. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas aplicadas sobre as combinações de negócios, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 3.1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Estimativa de provisões para abandono: Conforme divulgado nas notas explicativas 2.16 e 20 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui contabilizado provisão para o abandono (ARO – *Asset Retirement Obligation*) no montante de R$ 39.080 mil. Devido à natureza das suas operações, a Companhia incorrerá em obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do encerramento da produção de petróleo e gás em cada área correspondente. A reabilitação de áreas e do meio ambiente é requerida tanto pela legislação em vigor quanto pelas políticas da Companhia. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como o período de utilização de determinada área, o tempo necessário para reabilitá-la e determinadas premissas econômicas como taxa de desconto, taxas de conversão de moeda estrangeira e os valores originais que são cotados por fornecedores específicos. Identificamos essa estimativa como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das referidas premissas, e as incertezas relacionadas, em especial o prazo, os custos estimados de abandono e a taxa de desconto utilizada. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) avaliação dos procedimentos relacionados à determinação das estimativas do valor da provisão para restaurar e reabilitar ativos de produção de petróleo; (ii) análise da previsão da época do abandono a partir das projeções de produção e estimativa da data limite da economicidade do ativo; (iii) com auxílio de nossos especialistas de modelos financeiros, analisamos as premissas utilizadas, incluindo o custo base das áreas a serem abandonadas, taxas de inflação, de desconto e de risco; (iv) análise da movimentação da provisão no exercício relativa às áreas abandonadas, restauradas/reabilitadas e a obrigação ambiental pertinente, visando avaliar os principais inputs, como os custos, a inflação e as taxas de desconto, assim como do plano de abandono; (v) conferência aritmética dos resultados das estimativas, confrontando-os com as informações contábeis e relatórios gerenciais; e (vi) avaliação da adequação da divulgação da provisão das obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados consideramos que os critérios e premissas, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.16 e 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos (“impairment”): Conforme divulgado nas notas 13 e 14 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui ativo imobilizado e intangível no montante de R$1.614.666 mil e R$226.635 mil, respectivamente. Para a avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (“*impairment*”), a Companhia estima o valor recuperável utilizando fluxos de caixa projetados das unidades geradoras de caixa (“UGCs”) de exploração e produção de petróleo e gás, e compara com seus valores contabilizados. As projeções de fluxo de caixa usadas para determinar os valores recuperáveis dos ativos dependem de fatores associados ao volume de produção futura e prazo de recuperação das reservas de petróleo e gás, preço das commodities, custo de produção (“OPEX”), gastos com investimentos (“CAPEX”) e premissas econômicas como as taxas de desconto e as taxas câmbio. Devido ao grau de complexidade e subjetividade na determinação das premissas e projeções usadas nos fluxos de caixa futuros esperados em cada UGC, consideramos esse como um principal assunto de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos incluíram, entre outros, (i) Avaliação dos procedimentos para identificar a necessidade de constituição de *impairment*; (ii) Avaliação da estimativa de volumes de recuperação das reservas de petróleo e gás utilizadas no fluxo de caixa descontado, e os prazos de recuperação das reservas, comparando-as com os volumes certificados por especialista externo contratado pela Companhia e com dados históricos de produção; (iii) avaliação dos critérios de definição e identificação das UGCs; (iv) a utilização de especialistas em modelos de valorização para nos ajudar a avaliar e testar as premissas utilizadas para determinar as taxas de desconto utilizadas pela Diretoria da Companhia; e (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o cálculo do valor recuperável dos ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ativos adotados, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 13 e 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos. Demonstrações do valor adicionado.** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras.** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras.** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 27 de março de 2023. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC- SP-015199/F - Roberto Cesar Andrade dos Santos - Contador CRC - 1RJ 093.771/O.

Diretor do BNDES volta a defender criação de subsidiária para exportação

Brasil responde por somente 2% do comércio global

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está jogando luz para criação de um Eximbank, que seria um braço do banco de fomento, uma subsidiária voltada exclusivamente para exportação, a exemplo de que já dispõem países como os EUA, com o seu Export-Import Bank of the United States, a China (Export–Import Bank of China) a Índia (India Exim Bank) ou as nações africanas, com o Africaneximbank. Desde que iniciou há 25 anos o apoio à exportação de serviços de empresas brasileiras, o BNDES desembolsou US$ 10,5 bilhões e recebeu de volta mais de US$ 13 bilhões.

"A criação de um Eximbank garantiria às empresas nacionais apoio permanente à internacionalização", garante José Luis Gordon, diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, um entusiasta da ideia. Foi sob esses pressupostos que Gordon assumiu, em fevereiro do ano passado, o cargo. Na opinião dele, a criação de um braço do banco voltado a essa finalidade vai garantir segurança para o setor industrial, que teme o movimento de avanços e recuos nessa política. Em um diálogo à agência de notícias do BNDES, ele mostrou o peso que teria um Eximbank no crescimento à exportação. A reportagem do Monitor Mercantil selecionou alguns pontos da conversa.

Para o executivo, limitar os instrumentos de apoio à exportação significa privar as empresas brasileiras de 98% do mercado mundial. O país responde por somente 2% do comércio global, e, para manter-se competitiva, a indústria nacional precisa disputar espaço lá fora.

Gordon diz que pretende retomar os financiamentos à exportação de serviços brasileiros, parados desde 2016. Para isso, o BNDES recriou recentemente uma área exclusivamente dedicada ao tema e tem apoiado o Projeto de Lei 5719/2023, que tramita no Congresso. O objetivo é consolidar o alinhamento das práticas brasileiras às internacionalmente adotadas e dar segurança jurídica e política ao corpo técnico da instituição. A proposta foi construída em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU), que, em decisão do início de março, reconheceu não haver irregularidade nesses financiamentos. O PL foi um dos temas abordados pelo diretor em conversa com a Agência BNDES de Notícias, na qual ele também rebate a afirmação de que as operações implicariam em envio de recursos para outros países. Gordon defende ainda o caráter estratégico da atividade. "Empresas exportadoras são mais inovadoras, mais competitivas e pagam melhores salários", diz, ressaltando que, além da engenharia, serviços digitais e audiovisual são áreas em que o Brasil também pode ser competitivo internacionalmente. Leia, abaixo, a entrevista completa.

Levantamento feito pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) aponta que 0,88% das empresas brasileiras exportam, mas elas respondem por 15% dos empregos mantidos no Brasil.

Modalidades de financiamento O BNDES tem duas modalidades de financiamento às exportações de empresas brasileiras. Uma delas é a BNDES Exim Pré-embarque, linha que financia a produção, por empresas brasileiras, de bens e serviços que estejam destinados à exportação. Ou seja: o Banco financia a produção do bem antes que ele seja comercializado no mercado externo. A outra modalidade é a chamada BNDES Exim Pós-embarque, que financia a comercialização de bens e serviços brasileiros no exterior. Nesse caso, o BNDES desembolsa, aqui no Brasil e em reais, o valor do bem ou serviço ao exportador brasileiro, após ele ter comprovado a exportação. Por outro lado, o importador do bem ou serviço brasileiro, que pode ser desde uma empresa privada (como uma companhia aérea, por exemplo) até um ente público estrangeiro, como um país, assume a dívida com o banco, ficando responsável por pagar as parcelas do empréstimo, sempre com juros.

ROCHA MIRANDA FILHOS S A ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPACÕES
CPNJ 33.131.996/0001-23 - NIRE 3330012853-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem às 12:00 h em 1ª convocação no dia 30/04/2024, em **AGO/E**, que será realizada na modalidade DIGITAL, e sua transmissão será pela plataforma Google Meet, que terá o link de acesso disponibilizado aos acionistas com antecedência a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1) - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/AGE**). a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; c) Eleição da Diretoria e fixação dos honorários para o exercício 2024. d) Eleição do Conselho Fiscal; e) Assuntos gerais. RJ, 17/04/2024.
A Diretoria: **OCTAVIO ROCHA MIRANDA DE OLIVEIRA SAMPAIO**

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SANTA CATARINA, RESTAURANTE, ENTRETENIMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ nº 23.202.750/0001-41 NIRE 333.0031761-9 **1) DATA, HORA E LOCAL:** 11 de dezembro de 2023, às 15 horas. Reunião realizada de forma digital, por meio do aplicativo Microsoft Teams, considerada, para todos os fins legais, nos termos da Seção VIII do Anexo V à Instrução Normativa DREI nº 81/2020, como realizada na sede da Companhia (lavrada sob a forma de sumário, conforme faculta o parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei nº 6.404/76). **2) CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensadas as formalidades previstas no artigo 124 da Lei nº 6.404/76, haja vista a presenta de acionistas representando a totalidade do capital social votante da Sociedade. **3) PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS**: Publicados os documentos de que trata o artigo 133, I e II da Lei nº 6.404/76. Os documentos foram publicados de forma eletrônica, de acordo com o disposto no artigo 294, III da Lei nº 6.404/76. **4) MESA:** Sr. Paulo Henrique Todaro como Presidente, que convocou o Sr. Marcelo Torres como Secretário. **5) ORDEM DO DIA:** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (ii) deliberar sobre a destinação do resultado relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) a converter as Ações Preferenciais Classe A em Ações Preferenciais Classe B; (ii) alterar o estatuto social da Companhia para refletir as deliberações dos itens (i); e (iv) consolidar o estatuto social da Companhia. **6) DELIBERAÇÕES:** Após a leitura da ordem do dia os acionistas, pela ordem, antes de iniciar a discussão dos temas que lhe eram constantes, concordaram, por unanimidade, em ajustar o Estatuto Social redesignando as suas Cláusulas como "Artigos", mantendo-se e ratificando-se seu texto e a sua ordem; feito isso os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, o que segue: **AGO:** 6.1. Aprovar integralmente as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. 6.2. Considerando o lucro líquido do exercício de 2022 de R$ 9.323.071,03 (nove milhões, trezentos e vinte três mil, setenta e um reais e três centavos), os acionistas aprovaram a destinação da seguinte forma: R$ 467.772,43 (quatrocentos e sessenta e sete mil, setecentos e setenta e dois reais e quarenta e três centavos) para a conta da reserva legal, nos termos do artigo 193, da Lei nº 6.404/76; R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para distribuição de dividendos na proporção às respectivas participações societárias, observado o disposto no Estatuto Social e no Acordo de Acionistas; e R$ 2.887.676,08 (dois milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e setenta e seis reais e oito centavos) retidos para (i) cobrir eventual saída de caixa para pagamento do montante provisionado a conta contábil de "Provisão para contingência"; e (ii) fortalecimento do caixa da Companhia, conferindo assim maior robustez e estabilidade financeira. **AGE:** 6.3. Tendo em vista o implemento da condição prevista no parágrafo 1º da então designada Cláusula 6ª, ora Artigo 6º, do Estatuto Social da Companhia, converter as Ações Preferenciais Classe A em Ações Preferenciais Classe B que passarão ser denominadas, simplesmente, Ações Preferenciais, sem menção a qualquer classe. 6.4. Em consequência da conversão prevista no item 1 acima, aprovar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:"***Artigo 5º.****O capital social é de R$ R$ 6.116.285,95 (seis milhões, cento e dezesseis mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), dividido em (i) 23.335.000 (vinte e três milhões, trezentos e trinta e cinco mil) ações ordinárias, e (ii) 10.000.000 (dez milhões) de ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pelos acionistas e devidamente integralizadas em moeda corrente nacional*." 6.5. Ainda, em razão da conversão mencionada no item 1 acima, aprovar a exclusão das disposições relacionadas às Ações Preferenciais Classe A previstas no Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia. Com a exclusão do Artigo 6º, os demais artigos do estatuto social da Companhia serão renumerados. 6.6. Tendo em vista as deliberações acima, fica aprovada a consolidação do estatuto social da Companhia, o qual passa a fazer parte integrante da presente ata como Anexo I. 6.7. Aprovar o valor de R$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), para distribuição de dividendos na proporção às respectivas participações societárias, observado o disposto no Estatuto Social e no Acordo de Acionistas; **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, lavrando-se esta ata que, após lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Presidente: Paulo Henrique Todaro, Secretário: Marcelo Torres. **Acionistas titulares de Ações Ordinárias presentes:** 1)Marcelo José Vianna Torres, 2)Albion Capital Ltda. 3)São José de comércio e restaurantes Ltda.4)Thiago Mello **Acionistas titulares de Ações Preferenciais presentes:** 4)Alberto Flores Camargo, 5)André Tavares Andrade, 6)CR4 Participações Ltda, 7)Décio Luiz Alonso Gomes, 8)Helena Carlos de Andrade Bokel, 9)Marco Antônio Pereira de Souza, 10)Luciano Daniel,11)Albion Capital Ltda,12)Astério Pereira dos Santos,13)Haras Boa Fé S.A, 14)Vinicius da Silva Ferreira,15) Ricardo Torres Camargo,16)Eduardo Amiel,17)Adrian Berenguer,18)Erick Bretas,19) Cristiano Siqueira Alves.Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2023. Mesa: Paulo Henrique Todaro-Presidente; Marcelo Torres-Secretario

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S.A.
CNPJ/ME nº 02.013.199/0001-18 - NIRE 333.00165.64-9

Ata de AGE. 1. Hora, Data e Local: Às 11:00 h do dia 29/12/2023, na sede social da Cia., na Rod. Amaral Peixoto, s/n, KM 91, Bananeiras, Araruama, RJ. **2. Convocação e Presença**: Editais de convocação publicados no Jornal Monitor Mercantil ***(i)*** no dia 21/12/2023, na pág. 5, ***(ii)*** no dia 22/12/2023, na pág. 5 e ***(iii)*** no dia 23/12/2023, na pág. 5, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Mesa**: Rodrigo Assad Macool, Presidente; Carlos Eduardo Tavares de Castro, Secretário. **4. Ordem do Dia e Deliberações**: Observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações pelo acionista presente representando 93,46% do capital social votante: **4.1.** Ratificar a distribuição de dividendos extraordinários, no valor total de R$ 18.093.372,91, sendo *(i)* R$ 4.793.372,91 em 04/09/2023; *(ii)* R$ 6.300.000,00 em 06/12/2023 e *(iii)* R$ 7.000.000,00 em 18/12/2023, todos à conta de parte de reserva de retenção de lucros; **4.2.** Autorizar, para todos os fins e efeitos legais, a Diretoria da Cia. a tomar todas as medidas e assinar todo e qualquer documento necessário à implementação das deliberações aprovadas acima. **5. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, sob a forma sumária, nos termos do art. 130, § 1º da Lei das S.A., a qual foi lida, aprovada e assinada. **6. Assinaturas**: Rodrigo Assad Macool, Presidente; Carlos Eduardo Tavares de Castro, Secretário; Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (p. Cláudio Bechara Abduche e Marcelo Augusto Raposo da Mota), acionista presente. Confere com a original lavrada em livro próprio. Araruama, 29 de dezembro de 2023. **Rodrigo Assad Macool** - Presidente; **Carlos Eduardo Tavares de Castro** - Secretário. JUCERJA nº 6150170 em 26/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

ÁGUAS DE NITERÓI S.A.
CNPJ nº 02.150.336/0001-66 - NIRE 33.3.0026182-6

Ata da AGE. 1. Hora, Data e Local: Às 08:00 h do dia 29/12/2023, na sede social da Cia., localizada na Rua Marquês do Paraná nº 110, Centro, Niterói, RJ. **2. Convocação e Presença**: Editais de convocação publicados no Jornal Monitor Mercantil ***(i)*** no dia 21/12/2023, na pág. 4, ***(ii)*** no dia 22/12/2023, na pág. 5 e ***(iii)*** no dia 23/12/2023, na pág. 5, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Mesa**: Presidente: Bernardo Machado Alves Gonçalves; Secretário: Thiago Contage Damaceno. **4. Ordem do Dia e Deliberações**: Observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações pelo acionista presente representando 95% do capital social votante: **4.1.** Ratificar a distribuição de dividendos extraordinários, no valor total de R$ 90.274.824,98, sendo *(i)* R$ 57.274.824,98 em 04/09/2023; *(ii)* R$ 20.000.000,00 em 06/12/2023 e *(iii)* R$ 13.000.000,00 em 18/12/2023, sendo R$ 58.680.343,16 mediante destinação da reserva de retenção de lucros e R$ 31.594.481,82 à conta de lucro do exercício social em curso; **4.2.** Autorizar, para todos os fins e efeitos legais, a Diretoria da Cia. a tomar todas as medidas e assinar todo e qualquer documento necessário à implementação das deliberações aprovadas acima. **5. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, a qual foi lida, aprovada e assinada. **6. Assinaturas**: Bernardo Machado Alves Gonçalves, Presidente e Thiago Contage Damaceno, Secretário; Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (p. Cláudio Bechara Abduche e Marcelo Augusto Raposo da Mota), Acionista. Confere com o original lavrado em livro próprio. Niterói, 29/12/2023. Bernardo Machado Alves Gonçalves - Presidente. Thiago Contage Damaceno - Secretário. JUCERJA nº 6151283 em 26/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.
CNPJ nº 01.280.003/0001-99 - NIRE 33.3.0016334-4

Ata de AGE. 1. Hora, Data e Local: Às 16:00h do dia 29/12/2023, na sede social da Cia., na Av. Dr. José Alves de Azevedo nº 233, Parque Rosário, Campos dos Goytacazes, RJ. **2. Convocação e Presença**: Editais de convocação publicados no Jornal Monitor Mercantil ***(i)*** no dia 21/12/2023, na pág. 5, ***(ii)*** no dia 22/12/2023, na pág. 5 e ***(iii)*** no dia 23/12/2023, na pág. 7, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Mesa**: Giuliano Junho Tinoco, Presidente. Carlos Eduardo Tavares de Castro, Secretário. **4. Ordem do Dia e Deliberações**: Observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações pelo acionista presente representando 94,98% do capital social votante: **4.1.** Ratificar a distribuição de dividendos extraordinários, no valor total de R$ 26.414.285,97, sendo *(i)* R$ 19.414.285,97 em 04/09/2023; e *(ii)* R$ 7.000.000,00 em 06/12/2023, sendo R$ 19.489.328,22 mediante destinação da reserva de retenção de lucros e R$ 6.924.957,75 à conta de lucro do exercício social em curso; **4.2.** Autorizar, para todos os fins e efeitos legais, a Diretoria da Cia. a tomar todas as medidas e assinar todo e qualquer documento necessário à implementação das deliberações aprovadas acima. **5. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, sob a forma sumária, nos termos do art. 130, § 1º da Lei das S.A., a qual foi lida, aprovada e assinada. **6. Assinaturas**: Giuliano Junho Tinoco, Presidente. Carlos Eduardo Tavares de Castro, Secretário. Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (p. Cláudio Bechara Abduche e Marcelo Augusto Raposo da Mota), acionista presente. Confere com o original lavrado em livro próprio. Campos dos Goytacazes, 29/12/2023. Giuliano Junho Tinoco - Presidente; Carlos Eduardo Tavares de Castro - Secretário. JUCERJA nº 6151158 em 26/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

SPE Itaboraí Ambiental S.A.

CNPJ: 42.606.155/0001-16

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	593	396
Contas a receber de clientes	1.754	5.183
Impostos a recuperar	185	59
Adiantamentos	5	193
Total do ativo circulante	2.537	5.831
Não circulante		
Imobilizado	40.366	40.745
Total do ativo não circulante	40.366	40.745
Total do ativo	42.903	46.576

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	146	2.671
Salários e encargos sociais	61	167
Impostos e contribuições a recolher	309	993
Adiantamentos de clientes	585	1.096
Outros passivos	-	2.972
Total do passivo circulante	1.101	7.899
Não circulante		
Partes relacionadas	3.525	91
Parcelamento de impostos	392	112
Total do passivo não circulante	3.917	203
Patrimônio líquido		
Capital social	48.393	39.240
Prejuízos acumulados	(10.508)	(766)
Total do patrimônio líquido	37.885	38.474
Total do passivo e do patrimônio líquido	42.903	46.576

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	**(590)**	**(9.918)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(590)**	**(9.918)**

Demonstrações do Resultado em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	2.317	5.324
Custo dos serviços prestados	(4.775)	(14.090)
Prejuízo bruto	(2.458)	(8.766)
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(717)	(492)
Outras receitas	2.720	-
	2.003	(492)
Receitas financeiras	1	83
Despesas financeiras	(136)	(108)
Prejuízo antes do IR e contribuição social	(590)	(9.283)
IR e contribuição social	-	(635)
Prejuízo do exercício	(590)	(9.918)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2022	38.388	-	38.388
Integralização de capital Social	853	-	853
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.151	-	9.151
Prejuízo do exercício	-	(9.918)	(9.918)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	48.392	(9.918)	38.474
Prejuízo do exercício	-	(590)	(590)
Integralização de capital Social	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2023	48.393	(10.508)	37.885

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(590)	(9.918)
Ajustes de reconciliação do lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	379	101
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	3.429	(5.183)
Impostos a Recuperar	(126)	(59)
Adiantamentos	189	(193)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(2.525)	2.671
Salários e encargos sociais	(106)	167
Impostos e contribuições a recolher	(684)	993
Parcelamento de impostos	280	112
Adiantamento de clientes	(511)	1.096
Outros passivos	(2.972)	2.972
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(3.237)	(7.241)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aumento de Capital	-	10.004
Aquisições de ativo imobilizado	-	(2.459)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	7.545
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	3.434	91
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	3.434	91
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	197	395
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	396	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	593	396
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	197	395

ASSINATURAS

Diretor: Milton Pilão Júnior - CPF: 125.107.888-50
Contador: Jessé Gonçalves de Lima Andrade - CRC/RJ 115836/O-8

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

Empresas listadas no novo mercado têm percentual baixo de mulheres nos conselhos

A participação de mulheres em conselhos de administração de companhias abertas no Brasil está aumentando, mas continua longe de ser suficiente para atender às demandas dos investidores. Sim, os grandes investidores são orientados por agências globais a aplicar seus recursos em empresas que têm mulheres em seus conselhos.

Análise da consultoria global de serviços estratégicos e governança corporativa Morrow Sodali com base na amostra das empresas integrantes do IBrX-50 da B3 revela que em 6% das listadas no Novo Mercado — segmento com os mais rigorosos requerimentos de governança — não havia nenhuma mulher no board. Em 2020, o percentual de empresas sem mulheres nos conselhos de administração era maior, de 29%. Os dados fazem parte do Lighthouse Brazil 2023-2024, estudo elaborado pela Morrow Sodali.

O levantamento verificou que, em média, as mulheres representam 23% dos boards das empresas da amostra listadas no Novo Mercado — em 2021, elas eram 17%. “A melhora é inegável, mas ainda há muita margem para evolução”, avalia Agnes Blanco Querido, diretora-geral da Morrow Sodali no Brasil.

A situação piora, no entanto, quando se leva em conta o Nível 2, segmento de listagem da B3 que seguem regras mais rígidas em relação ao mercado comum, mas menos exigentes se comparadas às do Novo Mercado: em média, as mulheres representavam apenas 18% dos boards das empresas do Nível 2 em 2023.

O pior cenário é o do Nível 1, segmento de listagem com parâmetros mais básicos de governança corporativa, que registrou média de apenas 12% de participação de mulheres nos conselhos. “Esses percentuais são tímidos quando comparados aos de outros mercados de capitais pelo mundo”, pondera Agnes Querido.

Percentual mínimo

A diversidade em conselhos de administração é um dos temas que concentram as atenções de agências globais de recomendação de voto (proxy voting), como a ISS e a Glass Lewis, que prestam assessoria para grandes investidores sobre como devem votar em assembleias de acionistas.

Desde o ano passado, na sua política de recomendação de voto das assembleias gerais ordinárias (AGOs), a ISS orienta investidores a votar contra a seleção de nomes para o conselho se não houver ao menos uma vaga ocupada por mulher. Além disso, a ISS indica percentual de 30% como índice mínimo de diversidade desejável nos conselhos.

Diversidade

A pressão vem também do regulador. Desde 2023, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) exige que as empresas brasileiras divulguem informações sobre diversidade de seus colaboradores. Nos casos de conselho de administração e diretoria, a Resolução 59/2021 determina que as informações devem abranger gênero, cor, raça e outros recortes relevantes. São pontos a que os investidores também estão bastante atentos.

Ainda em 2023, o órgão regulador aprovou o Anexo ASG, documento que tem como propósito incentivar a diversidade de gênero e a presença de grupos sub-representados em cargos de alta liderança das empresas reguladas – entre elas, as empresas com ações na bolsa.

De acordo com a proposta da B3 aprovada pela CVM, as companhias deverão eleger ao menos uma mulher e um integrante de grupo sub-representado (definido como conjunto de pessoas pretas, pardas ou indígenas, integrantes da comunidade LGBTQIA+ ou com deficiência) para seu conselho de administração ou diretoria estatutária em até dois anos a partir da vigência do Anexo ASG.

---

construtora COLARES LINHARES

CONSTRUTORA COLARES LINHARES S/A

CNPJ/MF: 03.568.496/0001-92

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores acionistas, Em cumprimento às disposições Estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 31/12/2022 (EM R$)

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	33.816.641	30.115.983
Contas a Receber	32.280.930	40.562.291
Adiantamentos a Funcionários	211.079	186.090
Adiantamentos a Fornecedores	1.443.754	765.336
Impostos a Recuperar	933.337	723.000
Créditos com Consorciados	3.269.532	64.119
Estoques	169.372	180.074
Outros Créditos	5.063.381	6.187.316
Total do Ativo Circulante	**77.188.026**	**78.784.209**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Depósitos Judiciais	1.906.293	762.227
Retenções Contratuais	282.520	282.520
Total do Realizável a Longo Prazo	**2.188.813**	**1.044.746**
INVESTIMENTOS		
Outros Investimentos	47.865	47.105
Imobilizado Líquido	19.786.323	29.232.148
Intangível	401.493	401.493
Total dos investimentos	20.235,681	29.680,746
Total do Ativo Não Circulante	**22.424.494**	**30.725.492**
TOTAL DO ATIVO	**99.612.520**	**109.509.701**

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e Financiamentos	3.319.416	5.636.584
Fornecedores	3.849.566	4.096.853
Impostos e Contribuições a Recolher	2.273.158	4.322.608
Salários e Encargos Sociais	5.396.211	6.167.917
Obrigações com Consorciados	6.787.353	3.584.371
JSCP / Dividendos a Pagar	1.532.129	7.683.129
Outras Obrigações	1.379.250	360.360
Total do Passivo Circulante	**24.537.083**	**31.851.822**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e Financiamentos	7.905.804	10.489.378
Impostos Diferidos	1.462.540	784.796
JSCP a pagar	-	-
Total do Passivo não Circulante	**9.368.345**	**11.274.174**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	58.100.000	58.100.000
Reservas de Lucros	4.218.767	4.004.824
Resultado do Período	**3.388.325**	**4.278.881**
Total do Patrimônio Líquido	**65.707.093**	**66.383.705**
TOTAL DO PASSIVO	**99.612.520**	**109.509.701**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FINDOS EM 31/12/2023 (EM R$)

Eventos	Capital Social Integralizado	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	**58.100.000**	**4.004.824**	**4.278.824**	**66.383.705**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	3.388.325	3.388.325
Aumento de Capital				-
Constituição de Reservas de Lucros	-	213.943	(213.943)	-
Pagto. Dividendos	-	-	(4.064.937)	(4.064.937)
Saldos em 31/12/2023	**58.100.000**	**4.218.767**	**3.388.325**	**65.707.093**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINDOS EM 31/12/2023 E 31/12/2022 (EM R$)

	31/12/2023	31/12/2022
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	162.475.564	239.817.645
(–) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(14.161.178)	(20.181.631)
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**148.314.386**	**219.636.013**
(–) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(126.229.393)	(187.607.607)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	**22.084.993**	**32.028.407**
(–) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	(27.441.065)	(26.057.129)
(+/–) RESULTADO FINANCEIRO	623.528	(780.787)
(+/–) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	9.944.927	1.330.147
(=) RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL	**5.212.383**	**6.520.636**
(–) IMPOSTO DE RENDA	(1.334.866)	(1.641.997)
(–) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(489.192)	(599.759)
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO	**3.388.325**	**4.278.881**
LUCRO POR AÇÃO	0,06	0,07

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2023 E 31/12/2022 (EM R$)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	**3.388.325**	**4.278.881**
Ajustes para Reconciliação do lucro Líquido do Exercício		
Depreciação	9.154.894	7.893.464
Lucro Ajustado	**12.543.219**	**12.172.344**
Aumento (Redução) das Contas dos Grupos de Ativo e Passivo		
Contas a Receber	8.281.361	5.362.262
Impostos Recuperar	(210.337)	212.590
Outros Ativos	(3.918.250)	(369.481)
Fornecedores	(247.286)	(1.290.951)
Salários e Encargos Sociais	(771.705)	1.875.287
Obrigações Tributárias	2.049.450	3.023.048
Outros Passivos	4.899.615	(671.071)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**22.626.067**	**20.314.028**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumento do Imobilizado	(760)	(47.105)
Redução (Aumento) Investimento	(9.445.825)	(7.343.411)
(Redução) Intangível	-	(710)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**(9.446.585)**	**(7.391.226)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
(Redução) de Empréstimos e Financiamentos	(4.900.742)	(2.783.734)
JSCP / Dividendos Pagos	(4.578.082)	(4.427.761)
Aumento do Capital Social	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	**(9.478.824)**	**(7.211.496)**
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**3.700.658**	**5.711.306**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**30.115.983**	**24.404.677**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**33.816.641**	**30.115.983**
	3.700.658	**5.711.306**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (EM REAIS)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL: A Construtora Colares Linhares S.A. tem por principal objeto social, o desenvolvimento de atividades relacionadas à área de construção civil, dedicando-se particularmente aos segmentos da construção pesada. **2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), e as alterações produzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, assim como, os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exigidos para as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023. **3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: A) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem os montantes de caixa, e os fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação, registrados ao custo, cujo risco de mudança em seu valor é insignificante. **B) Contas a Receber:** As Contas a Receber são registradas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos de seus créditos. **C) Tributos a Recuperar:** Referem-se a Créditos Fiscais de operações de Prestação de Serviços de Construção Civil e saldos negativos de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores, sobre os quais serão adotadas medidas administrativas compensatórias, de acordo com o que preceitua a legislação vigente. **D) Imobilizado:** O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada calculada pelo método das cotas constantes. O custo histórico contempla os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. **E) Financiamentos:** Todos os financiamentos tem origem na aquisição de máquinas, veículos e equipamentos para utilização na execução dos objetivos da companhia. **F) Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. **G) Apuração e Destinação do Resultado:** As receitas são oriundas de obras realizadas por empreitada ou por Administração, assim como, pela locação de maquinas e equipamentos para limpeza urbana, sendo o reconhecimento das receitas e custos efetuados na medida da execução física de cada obra e na prestação dos serviços de locação de veículos e equipamentos para limpeza urbana. O Estatuto prevê que os lucros líquidos dos exercícios apurados, serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social e 3% (três por cento), no mínimo, à distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, podendo a Assembleias Geral deliberar distribuição diversa da prevista no Estatuto. H) Patrimônio Líquido: Composto por Capital Social e Reservas de Lucros;o Capital Social é representado por 58.100.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; as Reservas de Lucros foram calculadas em conformidade com o disposto na Lei das S/A e o Estatuto Social da Companhia.

DIRETORIA

DANIEL DE CARVALHO SOARES - Diretor CPF: 075.886.947-93
MOYSES SANTIAGO PIMENTEL BISNETO - Diretor - CPF: 656.163.673-20
Ademir de Carvalho Vale Junior - Contador
CRC-RJ. 070.545/O-7 CPF.: 021.452.427-24

B&T PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 14.344.269/0001-08

Balanços patrimoniais - Exercício findo em 31/12/2023 e 2022

Ativo	Nota	2023	2022
Ativo Circulante		**1.780.124**	**1.069.084**
Disponibilidades	3	18.012	1.870
Titulos e Valores Imbiliarios	4	1.762.112	1.067.214
Ativo Não Circulante		**24.882.910**	**23.868.185**
Outros créditos	5	7.200	7.200
Investimento	6	24.875.710	23.860.985
Total do ativo		**26.663.034**	**24.937.269**
Passivo e Patrimônio líquido	**Nota**	**2023**	**2022**
Passivo Circulante		**88.688**	**8.300**
Outras Obrigações	7	88.688	8.300
Passivo Não Circulante		**2.500**	**2.500**
Provisão para Passivos Contigentes		2.500	2.500
Patrimônio líquido		**26.571.846**	**24.926.469**
Capital Social	8.1	14.017.840	14.017.840
AFAC		900	900
Reserva Legal	8.2	781.348	673.066
Reservas de Lucros	8.3	11.771.758	10.234.663
Total do passivo e patrimônio líquido		**26.663.034**	**24.937.269**

Demonstrações dos resultados - Exercício findo em 31/12/2023 e 2022

Receitas da intermediação financeira	Nota	2023	2022
Resultado de Operações com Titulos e Valores Imobiliários		146.921	90.708
Resultado bruto da intermediação financeira		**146.921**	**90.708**
Outras receitas/despesas operacionais		2.616.624	594.283
Outras despesas administrativas	9	(11.934)	(7.689)
Despesas tributárias	10	(67.312)	(23.884)
Resultado de participação em controladas	6	1.014.725	130.264
Outras receitas (despesas) operacionais	11	1.681.145	495.592
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações no resultado		**2.763.545**	**684.991**
Imposto de renda	12	(433.280)	(133.695)
Contribuição social	12	(164.621)	(52.767)
Lucro líquido		**2.165.644**	**498.529**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31/12/2023 e 2022

	Capital social	AFAC	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**14.017.840**	**900**	**648.139**	**9.761.061**	**-**	**24.427.940**
Lucro Líquido do Exercicio	-	-	-	-	498.529	498.529
Reserva Legal	-	-	24.927	-	(24.927)	-
Reserva de Lucro	-	-	-	473.602	(473.602)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**14.017.840**	**900**	**673.066**	**10.234.663**	**-**	**24.926.469**
Lucro Líquido do Exercicio	-	-	-	-	2.165.644	2.165.644
Reserva Legal	-	-	108.282	-	(108.282)	-
Reserva de Lucro	-	-	-	1.537.095	(1.537.095)	-
Dividendos distribuidos	-	-	-	-	(520.267)	(520.267)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**14.017.840**	**900**	**781.348**	**11.771.758**	**-**	**26.571.846**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercício findo em 31/12/2023 e 2022

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		2.165.644	498.529
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido			
Equivalência patrimonial	6	(1.014.725)	(130.264)
Variação de ativos e passivos operacionais			
Variação de Titulos e Valores Imobiliários		(694.899)	(517.665)
Variação em outras obrigações		80.389	6.280
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**536.409**	**(143.120)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Dividendos pagos		(520.267)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(520.267)	-
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa		**16.142**	**(143.120)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.870	144.990
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	**18.012**	**1.870**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31/12/2023 e 2022. 1. Contexto operacional. A B&T Participações S.A, **(“Companhia”),** é uma sociedade anônima, de capital fechado, tem por objeto social a participação societária em instituições financeiras, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Mercado ,11, 14º andar, Centro. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. 2.1. Base de elaboração.** As demonstrações contábeis da Companhia são de responsabilidades da Administração e foram preparadas de acordo com as diretrizes da Lei nº. 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia com ata de reunião realizada pelos acionistas em 15 de Abril de 2024. **2.2. Descrição das principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis. a) Moeda funcional e de apresentação.** As demonstrações contábeis são apresentadas em mil de reais (R$ mil), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **b) Caixa e equivalentes de caixa.** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com CPC 03, sendo caixa e equivalentes de caixa os saldos de disponibilidades conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 dias. **c) Investimento.** O investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, segundo o qual a participação proporcional nos lucros ou prejuízos dessa Companhia é reconhecida na demonstração do resultado. **d) Outros ativos e passivos circulantes.** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes respectivamente. **e) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social.** A Companhia está sob o regime de tributação pelo lucro presumido. A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R$ 240.000. A provisão para Contribuição Social é constituída à alíquota de 9% do lucro tributável. **f) Apuração do resultado.** As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do pagamento ou recebimento.

3. Disponibilidades	2023	2022
Depósitos Bancários	18.012	1.870
	18.012	**1.870**

4. Títulos e valores mobiliários	2023	2022
Titulos e Valores Imobiliarios	1.762.11 2	1.067.214
	1.762.112	**1.067.214**

5. Outros créditos	2023	2022
Bloqueios judiciais	7.200	7.200
	7.200	**7.200**

6. Investimento. O saldo do investimento é composto conforme segue:

	2023	2022
B&T Corretora de Câmbio		
Informações relevantes		
Capital total	90%	90%
Capital social	15.497.600	15.497.600
Total do ativo	105.827.040	137.850.513
Patrimônio liquido	27.639.677	26.512.205
Resultado do exercício	2.397.409	1.425.382
Evolução dos investimentos		
No inicio do exercício	23.860.985	23.730.721
Resultado de equivalência patrimonial	1.014.725	130.264
No fim do exercício	**24.875.710**	**23.860.985**

A controlada B&T Corretora de Câmbio Ltda, tem por objeto social a intermediação em operações de câmbio e atuação no mercado de câmbio de taxas flutuantes, de acordo com as normais legais e regulamentares vigentes.

7. Outras obrigações	2023	2022
Fiscais e Previdenciárias	88.688	8.300
	88.688	**8.300**

8. Patrimônio líquido. 8.1. Capital social. O Capital Social é de R$ 14.017.840 (quatorze milhões, dezessete mil e oitocentos e quarenta reais), totalmente subscrito e integralizado, representados por 14.017.840 quotas com valor unitário de R$ 1,00 cada. **8.2. Reserva Legal.** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. O saldo da conta de Reserva de Legal em 31 de Dezembro de 2023 são de R$ 781.348. (Em 2022 de R$ 673.066). **8.3. Reserva de lucros.** As reservas de lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por proposta dos órgãos da Administração. O saldo da conta de Reserva de lucros em 31 de Dezembro de 2023 são de R$ 11.771.758 (Em 2022 de R$ 10.234.663).

9. Outras despesas administrativas	2023	2022
Despesas de material	-	(499)
Despesas de processamento de dados	-	(549)
Despesas de publicações	(1.938)	(1.861)
Despesas bancárias	(1.138)	(3.880)
Despesas serviços técnico especializado	(8.858)	(900)
	(11.934)	**(7.689)**

10. Despesas Tributárias	2023	2022
Contribuição ao Cofins	(54.873)	(17.589)
Contribuição PIS/PA5EP	(11.889)	(3.811)
Outras	(550)	(2.484)
	(67.312)	**(23.884)**

11. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2023	2022
Juros de Capital Próprio	1.682.199	495.592
Outras Despesas Operacionais	(1.054)	-
	1.681.145	**495.592**

12. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Alíquota aplicada sobre a Receita	32%	32%	32%	32%
Receitas Financeiras	1.829.120	1.329.120	586.300	536.300
Base de Cálculo	1.829.120	1.829.120	586.300	536.300
Alíquota utilizada para cálculo	15% e10%	9%	15% e 10%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(433.280)**	**(164.621)**	**(133.695)**	**(52.767)**

13. Eventos subsequentes. Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

A DIRETORIA - Contador: Maximiano Alves da Cunha Junior - CRC RJ 102.802/O-2